

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE MEDICINA**  
**Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência**

GUADALUPE RODRIGUES BRAGA

**ESTUDO DO COMPORTAMENTO COGNITIVO ATRELADO AO MEIO SOCIAL  
DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI INTERNOS EM UM CENTRO  
SOCIOEDUCATIVO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE**

BELO HORIZONTE, MG

2023

GUADALUPE RODRIGUES BRAGA

**ESTUDO DO COMPORTAMENTO COGNITIVO ATRELADO AO MEIO SOCIAL  
DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI INTERNOS EM UM CENTRO  
SOCIOEDUCATIVO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Linha de Pesquisa: As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das pessoas e populações.

Orientador: Dra. Adriana de Souza Medeiros Batista

BELO HORIZONTE, MG

2023

B813e Braga, Guadalupe Rodrigues.  
Estudo do comportamento cognitivo atrelado ao meio social de jovens em conflito com a lei internos em um centro socioeducativo da cidade de Belo Horizonte [recurso eletrônico]. / Guadalupe Rodrigues Braga. - - Belo Horizonte: 2023.  
60f.: il.  
Formato: PDF.  
Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Adriana de Souza Medeiros Batista.  
Área de concentração: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.  
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Ato Infracional. 2. Terapia Cognitivo-Comportamental. 3. Meio Social. 4. Comportamento do Adolescente. 5. Psicologia Social. 6. Dissertação Acadêmica. I. Batista, Adriana de Souza Medeiros. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: WA 300

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
**CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA**  
**VIOLÊNCIA/MP**

**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA/GUADALUPE**  
**RODRIGUES BRAGA**

Realizou-se, no dia 12 de julho de 2023, às 14:00 horas, Sala 029 Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *ESTUDO DO COMPORTAMENTO COGNITIVO ATRELADO AO MEIO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI INTERNOS EM UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE*, apresentada por GUADALUPE RODRIGUES BRAGA, número de registro 2020727670, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Adriana de Souza Medeiros Batista - Orientador (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Amanda Marcia dos Santos Reinaldo (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Marcelo de Mello Vieira (Tribunal de Justiça de Minas Gerais).

A Comissão considerou a dissertação:

(x) Aprovada ( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 12 de julho de 2023.

Prof(a). Adriana de Souza Medeiros Batista (Doutora) Prof(a). Amanda Marcia dos

Santos Reinaldo (Doutora) Prof(a). Marcelo de Mello Vieira (Doutor)

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo de Mello Vieira, Usuário Externo**, em 15/02/2024, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Adriana de Souza Medeiros Batista, Professora do Magistério Superior**, em 18/02/2024, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marcia dos Santos Reinaldo, Professora do Magistério Superior**, em 19/02/2024, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3030005** e o código CRC **1E9368B8**.

---

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho à professora Dra. Adriana de Souza Medeiros Batista, conheci muita gente por esse mundão, e olha que conheço muita gente do bem. Ela é um ser humano e profissional que nos inspira a ser melhor a cada experiência vivida ao seu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Pedro Braga (filho) por muitas vezes ele me dizia: mãe você é muito inteligente, você vai passar; quando ele se aproximava e presenciava meus momentos de sofrimento estudando.

Sarah Braga (filha) pelas muitas vezes que não pude dar atenção e ela foi compreensiva.

Gratidão ao meu esposo Patrício Morich pelo apoio nas horas mais difíceis sempre trazendo palavras de aconchego.

Professora Dra. Adriana de Souza Medeiros Batista com sua humildade e áurea de paz.

Segundo Marshall, *“Toda violência é a manifestação trágica de uma necessidade não atendida”* e, sobre esta consideração, todas as possíveis ações são baseadas na tentativa de satisfazer as necessidades humanas e quando estas não são atendidas, incorre a comunicação violenta que pode ser, subsequentemente, seguida por um ato violento.

Marshall B. Rosenberg

## RESUMO

A adolescência é uma fase de mudanças expressivas fisiológica e socialmente, orquestradas pelas alterações hormonais e cobranças sociais das escolhas para o futuro, respectivamente. Nesse cenário, o adolescente, motivado pelas experiências vividas e pelo meio que o cerca, assume comportamentos de acordo com o meio cultural em que foi criado, gerando, muitas vezes, conflitos entre o que ele conhece como adequado e as normas legais vigentes. Nesse contexto, a Teoria Cognitiva Comportamental (TCC) e a Teoria do Desvio tentam elucidar as motivações que levam o adolescente a cometer atos que o coloquem em conflito com a lei e reiterar neles mesmo após cumprimento de medidas socioeducativas que têm como principal função ressocializá-lo e fomentar novas perspectivas para o futuro longe dos meios que o estimulem às escolhas conflituosas; além disso, à luz da TCC, entender as raízes que geram vulnerabilidade emocional capaz de leva-los à ideação suicida, evidenciada nos comportamentos agressivos, de apatia e de isolamento. Nessa perspectiva, essa pesquisa assumiu como objetivo principal traçar um perfil do adolescente em conflito com a lei, sob a proteção do Estado, no Centro de Acolhimento Lindeia, em Belo Horizonte - MG, à luz da Teoria Cognitiva Comportamental e associada à Teoria do Desvio e compreender as motivações que o levam a desenvolver ideação suicida durante o cumprimento da medida socioeducativa, além da reiteração ao término da internação. Para tanto, uma amostra composta por adolescentes entre 12 e 15, cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado, foi acompanhada entre os anos de 2019 e 2022, como parte de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em curso desde 2014. Uma equipe multidisciplinar acompanha esses adolescentes, dando suporte às atividades destinadas à ressocialização e reintegração desses indivíduos ao meio social. Como parte dessas atividades, algumas dinâmicas foram aplicadas com o intuito analisar a percepção que esses adolescentes têm sobre a realidade em que se encontram e o futuro que desejam construir. Durante o período de acompanhamento, foi possível perceber que esses adolescentes têm uma visão distorcida daquela aceita socialmente, atribuindo, por exemplo, um caráter de trabalho legal a atividades consideradas contravenção pela legislação, tais como o roubo e/ou tráfico de drogas. Com essa visão de mundo, mesmo após o período de internação, esses adolescentes tendem a reiterar, o que se configura como uma falha no sistema de políticas públicas voltadas para a assistência dessa parcela da sociedade.

**Palavras-chave:** dissertação acadêmica; ato infracional; terapia cognitivo-comportamental; meio social; comportamento do adolescente; ideação suicida.

## ABSTRACT

Adolescence is a phase of expressive changes physiologically and socially, orchestrated by hormonal changes and social demands of choices for the future, respectively. In this scenario, the adolescent, motivated by the experiences lived and by the environment that surrounds him, assumes behaviors according to the cultural environment in which he was raised, often generating conflicts between what he knows as adequate and the current legal norms. In this context, the Cognitive Behavioral Theory (CBT) and the Theory of Deviance try to elucidate the motivations that lead the adolescent to commit acts that put him in conflict with the law and reiterate in them even after compliance with socio-educational measures that have as their main function to resocialize him and foster new perspectives for the future away from the means that stimulate him to conflicting choices; moreover, in light of CBT evidenced in aggressive behaviors, apathy and isolation. In this perspective, this research assumed as its main objective to draw a profile of the adolescent in conflict with the law, under the protection of the State, at the Lindeia Reception Center, in Belo Horizonte - MG, in the light of the Theory Cognitive Behavioral and associated with the Theory of Deviance and understand the motivations that lead him to develop suicidal ideation during the fulfillment of the socio-educational measure, in addition to the reiteration at the end of hospitalization. To this end, a sample composed of adolescents between 12 and 15, complying with socio-educational measures in a closed environment, was followed between the years 2019 and 2022, as part of a research conducted by the Federal University of Minas Gerais in partnership with the Court Justice of Minas Gerais ongoing since 2014. A multidisciplinary team accompanies these adolescents, supporting activities aimed at the resocialization and reintegration of these individuals into the social environment. As part of these activities, some dynamics were applied in order to analyze the perception that these adolescents have about the reality in which they find themselves and the future that they want to build. During the follow-up period, it was possible to notice that these adolescents have a distorted view of the socially accepted one, attributing, for example, a character of legal work to activities considered a contravention by the legislation, such as theft and/or drug trafficking. With this worldview, even after the hospitalization period, these adolescents tend to reiterate, which is configured as a failure in the system of public policies aimed at the care of this portion of society.

**Keywords:** academic dissertation; criminal act; cognitive-behavioral therapy; social environment; adolescent behavior; suicidal ideation.

## LISTA DE IMAGEM/FIGURA

<b>Figura 1</b> - Baralho das emoções usado como atividade para a interação no grupo de adolescentes.....	37
<b>Figura 2</b> - Comemoração de aniversário no Centro Socioeducativo Lindeia- Belo Horizonte/MG.....	54
<b>Figura 3</b> - Adolescente criando desenho - Centro Socioeducativo Lindeia- Belo Horizonte.....	55
<b>Figura 4</b> - Desenhos criados pelos adolescentes - Centro Socioeducativo Lindeia- Belo Horizonte.....	56
<b>Quadro 1</b> Medidas socioeducativas previstas no ECA e aplicadas a adolescentes em conflito com a lei.....	26
<b>Tabela 1</b> - Fatores que podem influenciar adolescentes a cometerem atos de violência.....	25
<b>Tabela 2</b> Escolaridade média dos adolescentes em centros de acolhimento em Minas Gerais.....	48

## **LISTAS DE ABREVIACÕES/ SIGLAS**

CNACL – Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança do Adolescente CP – Código Penal

CPC – Código de Processo Civil DP – Direito Penal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente MP – Ministério Público

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo IPA – Análise fenomenológica interpretativa

SUASE – Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo TJ- MG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas, do inglês United Nations International Children's Emergency Fund

TDA – Transtordo de Déficit de Atenção

DLC – criminologia do desenvolvimento ou do curso de vida, do inglês Developmental and Life-course Criminology

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1	Justificativa e problema.....	14
1.2	Objetivos.....	15
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	Estrutura da dissertação.....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
2.1	Psicologia cognitivo-comportamental no escopo do estudo do comportamento Desviante.....	18
2.1.1	Teoria do Desvio ou <i>outsiders</i> .....	19
2.2	Adolescente em conflito com a lei sob a ótica da psicologia cognitiva comportamental....	20
2.3	Medidas socioeducativas e medidas protetivas.....	25
2.4	Vulnerabilidades dos adolescentes no sistema de internação e a ideação suicida .....	28
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	30
3.1	Aspectos metodológicos.....	31
3.2	Centro Socioeducativo Lindeia – Belo Horizonte/MG.....	32
3.3	Rotina de Encontros no Centro Socioeducativo Lindeia – Belo Horizonte/MG.....	33
3.3.1	O teatro do Mágico de OZ.....	34
3.3.2	O bralho das emoções.....	36
3.3.3	Dinâmica do Baralho das Emoções.....	37
3.3.4	Dinâmica das profissões.....	38
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	40
4.1	Percepção analítica dos encontros com os adolescentes.....	40
4.1.1	A Dinâmica das Profissões e a percepção do adolescente sobre o futuro.....	41
4.1.2	Teatro Mágico e a família como pilar na vida do adolescente.....	43
4.1.3	Dinâmica do Baralho das Emoções.....	44
4.2	Percepção Analítica dos adolescentes em relação ao ato infracional e a reiteração no ato sob a perspectiva da TCC.....	46
4.2.1	Reiteração do Adolescente Autor de Ato Infracional.....	50
4.2.2	Observações no Centro Socioeducativo Lindeia.....	52
4.2.3	Interação com os adolescentes e a minha percepção.....	53
4.3	Percepção analítica dos adolescentes em relação a ideação suicida no ambiente de internação sob a perspectiva da TCC.....	56
4.4	Contribuições possíveis da TCC para atuação junto a adolescentes em conflito com a lei cumprindo.....	60
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	63
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é país com a sexta maior população do mundo, segundo os dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020) e, embora a sua população esteja envelhecendo mais com um aumento da expectativa de vida, o número de jovens com menos de dezoito anos ainda é expressivo. Com uma população que ultrapassa 215 milhões, mais de 30% desses indivíduos são crianças e adolescentes que, em face de sua fase de desenvolvimento, são sujeitos de direitos e necessitam de condições adequadas para se desenvolver com plenitude (UNICEF, 2023). Nessa perspectiva, as políticas públicas devem alcançar essa parcela da população, dando suporte à saúde, às atividades de lazer e, sobretudo, à educação.

Para a legislação em vigor, a adolescência é a fase que começa aos doze anos completos e vai até os dezoito anos, podendo estender-se até os vinte e um, excepcionalmente (BRASIL, 1990). A literatura defende que esse período é marcado por mudanças intensas no corpo e psique do indivíduo e que é nela que se define as escolhas mais importantes que serão peça-chave para a vida adulta. Por ser uma fase de mudanças fisiológicas, é também uma fase de oscilação intensa no humor e no comportamento. Nesse contexto, o adolescente torna-se vulnerável às influências do meio que o cercam, sobretudo daqueles com quem possuem vínculos efetivos.

Biologicamente, é uma fase de mudanças agressivas no corpo e na mente do indivíduo que, embora ainda não tenha maturidade o suficiente, encara a pressão de fazer as escolhas certas para um futuro promissor quando adulto. Nesse contexto, este, que não é mais criança, fase em que alguém assume todas as suas responsabilidades, ainda não é adulto, capaz de administrar todas as suas necessidades com a maturidade devida. É nesse cenário que crianças e adolescentes se tornam vulneráveis ao meio que os cercam, sendo, muitas vezes, direcionados a fazer escolhas que comprometerão o seu futuro.

Dentro dessa perspectiva, Beck (2022) afirma que o indivíduo é profundamente afetado pelo meio que o cerca, sugerindo, desse modo, que as escolhas podem ser influenciadas pelas experiências vividas no seio familiar, pela comunidade e com os amigos mais próximos. Tais experiências são reforçadas por crenças culturais do grupo em que esse adolescente convive, criando uma percepção de conduta que, embora contrária às socialmente aceitas, são vivenciadas como adequadas.

Com isso, o comportamento do indivíduo é ditado por crenças e costumes aprendidos em seu cotidiano, criando uma visão de mundo e de sociedade distorcida daquela orientada pelas normas e regras legais. Dentro desse contexto, os atos e ações assumidos por esta

parcela social muitas vezes contrapõem-se à legislação, gerando problemas legais o que pode se tornar recorrente. De acordo com a literatura, as condutas desviantes de adolescentes são pautadas em crenças aprendidas no meio social, colocando-os nas estatísticas de adolescentes sob a proteção do Estado em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado.

Uma vez reclusos e vivenciando as atividades destinadas à reparação e ressocialização, esse adolescente, muitas vezes, sofre com a ausência e abandono da família e amigos, o que gera sentimento de insegurança e vulnerabilidade. Desse modo, assume um novo comportamento: muitas vezes, de isolamento e introspecção, com oscilação de humor e, por vezes, altos níveis de agressividade para com os colegas que vivenciam a mesma experiência de internamento. É nesse contexto que as modificações de humor se encaminham para algo mais severo, a ideação suicida, irrigada com pensamentos recorrentes de que ceifar a vida é uma saída para os problemas em curso.

Seguindo essa ideia, essa pesquisa definiu como objetivo traçar um perfil do adolescente em conflito com a lei, sob a proteção do Estado, em um centro de acolhimento de Belo Horizonte - MG à luz da Teoria Cognitiva Comportamental (TCC) associada à Teoria do Desvio, além de compreender as motivações que o levam a desenvolver ideação suicida durante o cumprimento da medida socioeducativa e a sua reiteração ao término da internação.

Entender essas questões podem favorecer o trabalho da equipe multiprofissional que atende esses adolescentes para que ela possa propor e direcionar atividades que fomentem bem-estar e qualidade de vida para esse grupo, além de fomentar mudanças de comportamento que os permitam fazer escolhas diferentes após o período de internação, diminuindo, desse modo, o índice de reiteração que tanto preocupa a sociedade civil.

### 1.1 Justificativa e problema

Segundo o relatório do Panorama Nacional para o perfil de adolescentes em conflito com a lei no Brasil, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2020), 47,5% das medidas socioeducativas de internação aplicadas são para adolescentes entre 15 e 17 anos, idade em que cometem os primeiros delitos, podendo ser roubo, com 36% dos casos, e/ou tráfico de drogas, com 24%. Além disso, o índice de reiteração é expressivo, chegando a 43,3%. Desses adolescentes, 86% não concluíram o ensino fundamental, tendo abandonado a escola entre os oito e 16 anos. Da parcela de internos, 57% dos jovens não estavam frequentando a escola antes de cumprirem a medida de internação.

Os dados colocam em relevo pontos que são importantes para caracterizar essa parcela de jovens em internação, deixando sobescrito também situações que servem como inferência

para analisar ações e atitudes no período de acolhimento e que podem predizer suas escolhas ao término da internação. O ambiente social em seu cotidiano, a estrutura familiar que serve de base para as escolhas e a configuração social que o acolhe ou o repele podem explicar comportamento agressivo e atos extremos de insegurança afetiva, motivo, inclusive, que leva à ideação suicida durante o período de internação.

Nessa perspectiva, o relatório resume o perfil desse adolescente em conflito com a lei como um indivíduo que tem como realidade "(...) famílias desestruturadas, defasagem escolar e relação estreita com substâncias psicoativas" (Conselho Nacional de Justiça, 2012, p. 20). Nesse prisma, tais dados serviram de inferência para a fundamentação desta pesquisa, com questionamentos sobre as motivações que levam o adolescente a fazer escolhas que o coloquem em conflito com a lei e, mais importante, o que o faz reiterar nesses atos. Além disso, o comportamento dos internos quanto à interação social e às atividades coletivas propostas nos Centros de internação é motivo de alerta, uma vez que as taxas de suicídio crescem entre essa parcela de jovens, e atos que sugerem tentativa de suicídio são comuns entre esse público enquanto estão sob os cuidados do Estado, em centros de acolhimento.

Pensando nessa lógica e analisando casos em que a mídia veicula, é possível traçar um perfil singular em relação aos casos de adolescentes em conflito com a lei. Tais informações criam um alerta sobre o porquê de o Brasil ter tantos jovens que deveriam estar na escola, mas estão sendo apreendidos em centro de convivência, como forma de reparo social, mediante cometimento de ação infracional.

Além disso, as escolhas desse indivíduo, seja antes da apreensão, durante o acolhimento ou após o cumprimento das medidas socioeducativas, podem ser consideradas questões de saúde pública, uma vez que o comportamento prediz escolhas e as consequências delas trazem prejuízos humanos irreparáveis quando a taxa de suicídio passa a ser expressiva entre essa parcela social. Para esse assunto, os dados são preocupantes e sugerem má gestão e fracasso das políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

## 1.2 Objetivos

A adolescência configura-se como a fase de escolhas para a construção do futuro do indivíduo. Portanto, é uma fase ímpar tanto para o indivíduo quanto para a sociedade que o acolhe, uma vez que as escolhas que ele fizer terão consequências em sua vida, particularmente, e no meio em que ele vive e constrói a sua vida. Nessa perspectiva, os adolescentes em conflito com a lei representam um problema social de urgência resolução e, portanto, importantes de ser estudado. Nesse sentido, os objetivos dessa pesquisa foram

estruturados dentro dessa temática, como seguem:

### 1.2.1 Objetivo geral

Traçar um perfil do adolescente em conflito com a lei, sob a proteção do Estado no Centro de Acolhimento Lindeia, em Belo Horizonte - MG, à luz da Teoria Cognitiva Comportamental (TCC) associada à Teoria do Desvio e compreender as motivações que o levam a desenvolver ideação suicida durante o cumprimento da medida socioeducativa, além da reiteração ao término da internação.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Explicitar a TCC e a Teoria do desvio para traçar um perfil do adolescente em conflito com a lei em um Centro de acolhimento de Belo Horizonte;

Analisar as falas de alguns adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, para, com isso, fazer inferências sobre as motivações que os levaram a cometer ato infracional;

Apresentar os fundamentos da TCC que buscam explicar o comportamento humano dentro do meio social que o cerca;

Entender o campo social e pessoal de um adolescente em conflito com a lei dentro da sua ótica de oportunidades;

Discutir, por meio das falas e comportamento dos adolescentes em um Centro de acolhimento, as possíveis motivações que geram ideação suicida durante o período de internação;

Inferir, a partir dos dados coletados nas atividades coletivas com os adolescentes, as possíveis explicações para o adolescente em conflito com a lei reiterar após cumprimento de medidas socioeducativa.

### 1.3 Estrutura da dissertação

A escrita desta dissertação foi feita tomando como base os dados obtidos durante a aplicação do projeto realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) que está em andamento desde 2014, visando acompanhar adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado, em um Centro de acolhimento em Belo Horizonte. Os dados selecionados e discutidos aqui estão em um recorte temporal entre 2019 e 2022.

Para tanto, foram utilizadas a Teoria Cognitiva Comportamental, de Aeron Becker

(2008), e a Teoria do Desvio, de Contardo Calligaris (2000), como pilares para a fundamentação das discussões realizadas. Nessa perspectiva, o texto escrito está organizado em três capítulos principais e alguns subcapítulos, sendo o referencial teórico o ponto de partida para o entendimento das teorias que sustentam as inferências sobre o comportamento dos adolescentes objetos do estudo; o percurso metodológico, que explicita os caminhos seguidos para a coleta de dados e análise de todo o material coletado durante a aplicação da pesquisa em campo, bem como os procedimentos burocráticos que viabilizaram o uso das informações e aplicação do projeto no referido centro.

Para a apresentação e análise dos resultados, há uma exposição da percepção analítica dos encontros com os adolescentes, que se preocupa em evidenciar não somente a visão da equipe multidisciplinar que participa do projeto, mas, sobretudo a percepção do adolescente que está cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado sobre a realidade em que está inserido e o que enxerga para um futuro. Nessas seções há a sistematização dos dados coletados e as discussões à luz das teorias basilares da pesquisa; e, por fim, as considerações finais e as referências organizadas conforme a normatização exigida.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A psicologia cognitiva comportamental preocupa-se em elucidar as raízes psicológicas e emocionais que orientam o comportamento do indivíduo em um dado momento e de que maneira elas são reforçadas ao longo da vida, dependendo do meio em que ele está inserido. É nessa perspectiva que o texto que fundamenta essa pesquisa está organizado, que pode ser lido nas seções que seguem.

### 2.1 Psicologia cognitivo-comportamental no escopo do estudo do comportamento desviante

Na década de 1960, Aaron T. Beck, em seu grupo de pesquisa, desenvolveu estudos com o objetivo de mostrar a eficácia de métodos da psicanálise para o tratamento de transtornos emocionais identificados no comportamento do indivíduo. Nesses estudos, ele demonstrou que doenças como ansiedade e depressão podem estar associadas às cognições distorcidas, podendo, dessa maneira, ser tratadas por meio de psicoterapia direcionada a cada indivíduo de acordo com as disfunções de pensamento que estes apresentam (BECK, 2022). Nasce, então, a terapia cognitiva-comportamental (TCC), uma abordagem da psicoterapia baseada em teorias cognitivas. A TCC entende que o indivíduo interpreta os acontecimentos de acordo com estes o afetam e não como os acontecimentos em si (KNAPP; BACK, 2008).

A terapia cognitiva de Beck considera que cognições distorcidas e negativas explicam, por exemplo, fenômenos como a depressão ou outros transtornos, como os transtornos alimentares em adolescentes (PUREZA et al., 2014; BECK, 2013); a ideação suicida, que entra nas estatísticas como fenômeno alarmante, atingindo principalmente adolescentes e jovens (ROSKOSZ et al., 2017); e comportamentos desviantes, que levam crianças e adolescentes a entrarem em conflito com a lei (STEFANO; CORREA, 2018; BECKER, 2008). Tais perspectivas ajudam na definição de métodos para o atendimento adequado a cada indivíduo.

Para Beck (2013), a adaptação das técnicas da terapia cognitiva ao longo do tempo e em cada caso possibilitou o aprimoramento e definição do método, sendo, atualmente, definida como “Terapia Cognitivo– Comportamental”. Com uma metodologia de tratamento adaptada a cada caso, variando, de acordo com as especificidades, a duração do tratamento, o foco, as técnicas, mas não os pressupostos teóricos. Nessa perspectiva, para que o tratamento seja eficiente e alcance os resultados esperados, ele deve ser estruturado de acordo com cada paciente, que têm suas crenças e padrões de comportamentos específicos, possibilitando a proposição de mudança nos padrões até então seguidos e, com isso, viabilize uma mudança

emocional e comportamental que perdure.

Nesse contexto, surgida a partir da análise dos princípios da aprendizagem, da ciência cognitiva e, por meio de experimentos e formulações teóricas rigorosas, a TCC infere que o comportamento desviante pode ser explicado a partir do entendimento de que os problemas emocionais e comportamentais ocorrem em consequência da disfuncionalidade na percepção dos acontecimentos, influenciando o afeto e o comportamento do indivíduo (FALCONE, 2001). Nessa perspectiva, o terapeuta precisa entender de que maneira três fatores interagem na vida do paciente: o comportamento, as cognições e as condições ambientais. Em posse dessas informações, o profissional de TCC pode elaborar um plano de intervenção para modificar ou corrigir a distorção ou disfuncionalidade que produz o sofrimento.

A terapia cognitivo-comportamental é democrática e eficiente, sendo aplicada a todos os indivíduos em qualquer faixa etária, cultura, nível de educação e renda. Tem como principal objetivo alcançar resultados de bem-estar para o paciente a partir das mudanças no pensamento disfuncional e em suas crenças básicas, o que engloba a maneira como o paciente se vê e enxerga o mundo ao seu redor, redirecionando os seus pensamentos de maneira que consiga identificar tais pensamentos de maneira realista (BECK, 2022). Nessa perspectiva, desenvolver habilidades de identificar os seus pensamentos e não ser controlado por eles.

Nesse contexto, a Teoria do Desvio (BECKER, 2008) pode ser avaliada à luz da terapia cognitivo-comportamental de Beck, seguindo o pressuposto de que crianças e adolescentes em conflito com a lei estão sob essa condição por se distanciarem das normas estabelecidas pela sociedade em que vivem por meio de comportamentos inadequados, com prejuízo para si e para a sociedade de forma geral. Tais comportamentos são justificados pelo modo como esses indivíduos enxergam o mundo ao seu redor e o comportamento daqueles a quem se submetem à obediência.

### 2.1.1 Teoria do Desvio ou *outsiders*

A Teoria do Desvio ou *outsiders* é empregada para descrever aqueles indivíduos que, integrando um determinado grupo ou sociedade, fogem às regras impostas por este grupo, agindo na contramão daquilo que é imposto como apropriado e adequado às práticas sociais daquela comunidade. Nessa perspectiva, o desvio é associado à cultura do indivíduo, devendo ser definido dentro dessa perspectiva, uma vez que o comportamento considerado desviante em uma sociedade, espacial ou temporal, pode não ser vista dessa mesma forma por outras (BECKER, 2008). Portanto, o indivíduo desviante deve ser estudado dentro de suas especificidades e de acordo com os objetivos de cada pesquisa.

Quando se discute o problema de crianças e adolescentes em conflito com a lei no Brasil é relevante fazê-lo considerando vários aspectos, entre eles as características sociodemográficas e socioeconômicas em que esses indivíduos estão inseridos. Tais perspectivas podem explicar ou permitir inferência sobre escolhas e atitudes vistas como inadequadas e/ou passíveis de intervenção estatal pela força das instituições oficiais.

Minayo (2001) discute a violência sofrida por crianças e adolescentes como um fator cultural em várias sociedades e que, ao longo do tempo, afeta a saúde física, psicológica e emocional desses indivíduos. Nessa análise, entende-se que o comportamento agressivo e/ou violento de adolescentes pode estar associado às experiências que estes têm com relação aos adultos que fazem parte do seu meio de convívio. Nessa perspectiva, a ideia defendida por Becker (2008) afirma que os outsiders em determinadas situações podem ser os adultos envolvidos e não necessariamente os adolescentes.

É relevante discutir a importância da avaliação multiprofissional para identificação de maus-tratos contra criança e adolescente, uma vez que o comportamento deles pode ser explicado dentro dessa perspectiva (SILVA JUNIOR et al., 2017). Adolescentes com sinais de violência doméstica normalmente são mais arredios e agressivos na rua, o que pode ser justificado como uma forma de autodefesa. Nessa perspectiva, sugerir apenas que eles têm desvio de conduta talvez não seja a avaliação mais condizente com a realidade.

Além disso, nos últimos anos, sobretudo após o estabelecimento da pandemia causada pela Covid-19, em que as pessoas ficaram confinadas dentro de casa, tendo a internet como único meio de comunicação e informação, alteração de comportamento e de costumes pôde ser percebida, sobretudo em crianças e adolescentes. Seguindo essa perspectiva, Bittar e Soares (2020) sugerem que o comportamento do jovem, sobretudo em resposta à autoimagem criada em consequência do acesso às mídias, pode ser influenciado e direcionado a desvio de conduta, uma vez que os padrões estabelecidos nessas redes nem sempre estão acessíveis à camada menos favorecida da sociedade. Jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica não se identificam com os padrões financeiros ostentados por grandes influenciadores, o que pode gerar revolta e necessidade de acesso a esses padrões.

## 2.2 Adolescente em conflito com a lei sob a ótica da psicologia cognitiva comportamental

Em termos culturais, a adolescência para a sociedade ocidental é vista como uma fase de transição entre a infância e a fase adulta, tratando-se de um ciclo do desenvolvimento humano que passa por sucessivas transformações sociais, emocionais, físicas e fisiológicas,

carecendo de orientação e direcionamento para que as melhores escolhas sejam feitas. Para Calligaris (2000), nesse cenário, o adolescente é tratado como um indivíduo que não tem opção de escolha, mas que precisa seguir os ditames de um grupo de indivíduos adultos, que acredita que as suas escolhas e orientações são as melhores, gerando, portanto, conflitos e descontentamentos.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), adolescência é

uma fase compreendida entre os 10 e os 20 anos de um indivíduo, representando uma década de mudanças e transformações. Nessa fase, o adolescente tem a oportunidade de estudar, aproveitar atividades de lazer e desenvolver atividades que gerem interação com as pessoas ao seu redor, preparando-se para sua entrada na vida adulta. Nessa perspectiva, para alguns, pode-se ficar o entendimento que ao adolescente é relegado o papel de aprendiz de vida adulta, retirando dele a autonomia quanto ao seu papel na sociedade (CALLIGARIS, 2000).

Para a legislação brasileira, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que normatiza os interesses desse público na sociedade, a fase da adolescência, para fins formais e legais, vai dos 12 anos até os 18 anos, podendo ser estendida, em casos excepcionais, até os 21 anos de idade (BRASIL, 1990). Em termos práticos, assim como a OMS, as normas brasileiras consideram a fase da adolescência como fase orientadora para uma fase posterior.

Para além dos termos conceituais, recortes temporais e normas jurídicas, o período da adolescência é marcado por conflitos de diversas ordens. A esses conflitos se associa um problema comum a qualquer sociedade: a violência, que é definida pelo Ministério da Saúde (MS) como “qualquer ação ou omissão realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais, espirituais a si próprios ou aos outros” (BRASIL, 2009). O ato violento enquanto conduta descrita como crime, tendo sido praticado por adolescente, pode ser configurado como ato infracional.

Em uma revisão da literatura, que contemplou pesquisas realizadas entre os anos de 2001 a 2012, Moreira et al. (2017) verificaram que, em trabalhos práticos realizados em diversos estados brasileiros, os resultados e/ou inferências com relação aos possíveis motivos que levam o adolescente a cometer um ato de violência que se afigure como ato infracional, foram semelhantes: os adolescentes assistidos pelo Estado possuem um perfil familiar semelhante, que sugere instabilidade e insegurança para esse indivíduo. Somada a isso, a condição socioeconômica foi considerada uma variável importante dentro dessa equação formada pelos atos de violência cometidos por crianças e adolescentes e as medidas socioeducativas necessárias à sua reeducação para a sociedade.

Nessa perspectiva, a pobreza é uma variável comum nos diversos casos de adolescente em conflito com a lei. Dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD de 2015, que deu suporte ao relatório da Fundação das Nações Unidas para a Infância-UNICEF (2018) revela que seis em cada dez crianças e adolescentes vivem em situação de pobreza no Brasil, correspondendo a 61% de brasileiros que vivem na pobreza ou estão privados de um ou mais direitos (UNICEF, 2018). Esses dados são preocupantes, uma vez que a vulnerabilidade financeira leva a outras vulnerabilidades e, conseqüentemente, a situações de violência.

Quando a pobreza na infância e na adolescência é discutida, é importante frisar que ela é uma questão complexa, uma vez que extrapola os limites da renda e da condição financeira. Ela, por sua vez, relaciona-se a outras privações que colocam em risco o bem-estar das crianças e dos adolescentes e os levam a situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, infere-se que o fator pobreza, que gera negação de direitos, torna crianças e adolescentes ainda mais expostos a violência, o que pode sugestioná-los a cometer atos configurados como infração. Essa situação de vulnerabilidade atinge crianças e adolescentes em todo o país, tendo suas especificidades nos diversos estados e municípios brasileiros.

As condições de vulnerabilidade incorporada às características socioeconômicas da população geram conflitos entre os adolescentes, interferindo na integração social e provocando o crescimento da violência e da criminalidade. Nesse aspecto, a perspectiva da vulnerabilidade social é um prisma viável para entender a condição dos adolescentes em conflito com a lei, uma vez que ela é condição chave para inclusão desse jovem a meios que o incitem à violência (ABRAMOVAY et al., 2002).

Partindo desse pressuposto, entende-se que o perfil do adolescente brasileiro sob proteção do Estado e cumprindo medida socioeducativa é semelhante, podendo, dessa maneira, direcionar políticas públicas que viabilizem a correção dos problemas que o leva a se envolver com a criminalidade. Uma questão relevante que é levantada por Balaguer (2005) é a participação ativa do Estado nos atos de violência praticados pelo adolescente, retratada na omissão que aquele oferece às necessidades e direitos básicos das camadas mais vulneráveis da população.

Ainda dentro dessa análise, é relevante ressaltar que o comportamento de crianças e adolescentes podem ser avaliados dentro de um contexto em que as redes sociais assumem um papel basilar na formação de suas opiniões, o que é preocupante, uma vez que a seleção de influenciadores feita por esse público pode não ser a melhor em termos de criação de hábitos positivos. No século XXI, o que se tem de realidade é a internet como grande mãe, cumprindo

o papel de educadora, de acolhedora e de distribuidora de afeto, informação e ajuda. Nesse cenário, a abertura para a violência e a criminalidade está disponível a todos que estiverem conectados, e as crianças e os adolescentes representam a camada mais vulnerável, já que ainda se encontram em fase de desenvolvimento social e psíquico.

Em adição a essa discussão, o período de isolamento necessário à proteção da saúde contra a pandemia da Covid-19 representou um aumento significativo de casos de violência contra crianças e adolescentes dentro do próprio lar, o que aumentou a vulnerabilidade desse público.

A infância e a adolescência são fases que carecem de uma atenção específica. É nelas que o indivíduo está mais exposto e vulnerável às diversas condições sociais que podem influenciar em seu desenvolvimento adequado à construção de uma vida digna. Tais vulnerabilidades, normalmente, estão associadas à falta de cuidados, de amparo e acesso deficitário à saúde. Além disso, geralmente esses indivíduos dependendo do meio em que estão inseridos, são expostos à exploração sexual e ao abandono, que podem gerar problemas irreversíveis em suas emoções (ABRAMOVAY et al., 2002).

Geralmente, as crianças e os adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social convivem com as consequências da desigualdade social, da pobreza, da exclusão social, da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização. Além da falta de acesso à educação, à saúde, ao lazer, à alimentação e cultura; comumente submetidos à exploração do trabalho infantil, à convivência em meios às drogas, ao uso de armas e ao tráfico (ABRAMOVAY et al. 2002).

Nesse contexto, as políticas públicas se constituem como ferramenta de fundamental importância para a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social, por meio do fortalecimento dos sujeitos, de modo que esses tenham acesso aos bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico. Para Queiroz et al. (2021), algumas políticas de inclusão do adolescente à sociedade, tais como a educação, configuram-se como instrumentos de garantia de direitos, formação humana e intelectual, condições dignas de vida, emancipação e autonomia, orientando esse jovem na construção de um futuro livre de violência e da marginalidade à qual a sociedade relega adolescentes em conflito com a lei.

Em um trabalho com jovens do estado de Pernambuco, Queiroz et al. (2021) verificaram que o álcool é uma variável comum na vida de adolescentes em determinada faixa etária, tornando-os vulneráveis ao envolvimento em atividades consideradas inapropriadas para os padrões estabelecido para aquela sociedade em que eles estão inseridos. Nesse contexto, o comportamento desses adolescentes é considerado desvio de conduta, uma vez

que não é apropriado o uso de bebidas alcoólicas por esse público. Entretanto, como defendido por Becker (2008), jovens na mesma faixa etária em comunidades de culturas distintas podem não ser considerados sujeitos desviantes aos olhos desse grupo a que estão inseridos, mesmo assumindo o mesmo comportamento relatado na pesquisa acima.

Nessa comparação, fica evidente a ideia de que o comportamento relacionado a desvio de conduta ou outsiders é relativo, uma vez que é aplicado de acordo com as regras do grupo a que o desviante está inserido. O que é considerado inadequado para uma comunidade, fugindo às normas e regras impostas, pode não ser para outras. Tudo depende da cultura, das crenças e da legislação que rege a sociedade estudada (BECKER, 2008).

No entanto, quando discutido sobre o consumo de álcool entre adolescentes e jovens, a discussão gira em torno da preocupação quanto a probabilidade desse comportamento de consumo de drogas lícitas ou ilícitas levar a outros desvios, como o envolvimento em atos violentos, por exemplo. Quando é avaliado o uso de drogas e/ou álcool por faixa etária da população adolescente, verifica-se que há uma associação entre o consumo dessas drogas e a violência, seja ela física, verbal ou emocional (QUEIROZ et al., 2017). Tal situação pode, portanto, levar a outros desvios e até a atos mais violentos.

É relevante destacar que algumas medidas podem ser usadas como estratégia para dirimir esse comportamento dos adolescentes, entre elas, a educação vem se mostrando efetiva. No estudo de Queiroz et al. (2021), foi percebido que políticas públicas voltadas para a inserção do adolescente em escolas de regime integral estiveram relacionadas a diminuição de casos de violência envolvendo jovens e consumo de álcool, uma vez que essas escolas têm projetos voltados à manutenção de jovens dentro da escola, com atividades que desenvolvam as competências adequadas para a inserção dele no mercado de trabalho a posteriori.

Em uma revisão de literatura, Moreira et al. (2017) verificaram que as pesquisas que contemplam a discussão sobre violência cometida por adolescentes em conflito com a lei estas são incipientes, versando principalmente sobre a legislação que regulamenta a proteção às crianças e adolescentes, além da aplicabilidade da lei em casos de infração cometida pelos adolescentes. Em contrapartida, Macedo et al. (2019), em uma revisão sobre registros de violência contra adolescentes e crianças no Brasil, verificaram que a vulnerabilidade desse público está associada a questões econômicas que, evidentemente, se territorializa nas periferias de grandes centros urbanos.

Lima *et al.* (2016) defendem que adolescentes em conflitos com a lei têm um padrão de comportamento, mas, também, um padrão em relação à estrutura e relação familiar, além da convivência na escola. Para os autores, os casos de desvio de comportamento desse público

estão associados a indivíduos que apresentam conflitos familiares e escolares. Dentro da análise, Lima *et al.* (2016) afirmam que, ao mesmo tempo esses núcleos (família e escola) são variáveis que explicam infrações, elas também geram bem-estar e podem ser ponto de acolhimento para crianças e adolescentes, para que estes não entrem em conflito com a lei em um futuro próximo. Na Tabela 1 estão relacionados trabalhos desenvolvidos para o entendimento dos fatores que influenciam os adolescentes a praticarem atos violentos, com seus objetivos e principais conclusões.

**Tabela 1** – Fatores que podem influenciar adolescentes a cometerem atos de violência.

Ano	Autores	Objetivos	Conclusões
2010	Oliveira e Rosa.	lançar luz sobre o fenômeno "Juventude e Violência"; ampliar o entendimento do fenômeno da violência analisando suas raízes ancoradas na sociedade capitalista e nas transformações decorrentes da globalização, que apresentam uma nova forma de sociabilidade pautada no individualismo.	O esvaziamento de referências para o jovem opera na construção de um mundo onde as regras são construídas e reconstruídas ao sabor das conveniências momentâneas, da ditadura do consumo e da preponderância da satisfação individual.
2016	Lima et al.	Analisar o perfil de violência entre adolescentes segundo relações que eles estabelecem na família e na escola	A família e a escola podem servir como suporte emocional à criança e ao adolescente, para que estes se desenvolvam social e intelectualmente.
2019	Macedo et al.	Estimar a prevalência e analisar associação do consumo de álcool e drogas ilícitas com indicadores de violência física em adolescentes	O consumo de álcool pelos adolescentes que sofreram violência física diminuiu em cinco anos, entretanto, o risco de os adolescentes que consumiram bebida alcoólica ou usaram drogas ilícitas sofrerem violência física aumentou ao longo de cinco anos.
2021	Queiroz et al. 2021		

**Fonte:** Própria Autora (20230).

De acordo com a literatura (tabela 1), as escolhas são pautadas pelas experiências vividas no meio social. Com isso, atos e ações são ditados pelas regras assumidas por um determinado grupo, de acordo com a sua cultura e costumes.

### 2.3 Medidas socioeducativas e medidas protetivas

Antes de iniciar a discussão sobre as medidas socioeducativas é relevante fazer sua distinção com relação as medidas protetivas. As medidas socioeducativas são aplicadas a adolescentes que cometeram atos de violência contra a sociedade e, portanto, estão em conflito com a lei. As medidas protetivas estão associadas à proteção de crianças e

adolescentes que estão submetidos a algum tipo de violência, seja física ou emocional, e que precisam da proteção do Estado para a manutenção da sua saúde e bem-estar. Tal distinção se faz necessária para não haver confusão quando a aplicabilidade da lei for sugerida. Nessa perspectiva, Scisleski *et al.* (2015) esclarece que “no que concerne à gestão, encontra-se uma separação na administração das medidas de proteção e das medidas socioeducativas em meio aberto, geridas pela Assistência Social, e as medidas socioeducativas de internação, geridas pela Segurança Pública” (SCISLESKI *et al.*, 2015).

Na perspectiva da psicologia, é de fundamental importância entender as medidas socioeducativas como uma ferramenta usada como estratégia para a reorientação do adolescente em conflito com a lei, uma vez que elas expressam a resposta do Estado diante do ato infracional cometido por ele. Nessa perspectiva, entende-se o ECA como um dispositivo que prevê a doutrina de proteção integral, ofertando medidas de intervenção para que esse adolescente seja reinserido em sociedade e recupere os seus direitos. Dentro desse escopo, o ECA propõe seis medidas: advertências, reparo ao dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação (BRASIL, 1990), elencadas no Quadro 1.

**Quadro 1** – Medidas socioeducativas previstas no ECA e aplicadas a adolescentes em conflito com a lei.

Medida	Execução
Advertência	É uma medida imediata e de caráter informativo, em que o juiz, na presença do adolescente e seu responsável, informa-o dos seus deveres perante a lei, do ato cometido e das consequências de uma reincidência (Brasil, 1990).
Obrigação de reparação do dano	O adolescente restitui o Estado do bem e/ou visa à compensação da vítima. Também esta é uma medida de caráter informativo que não exige um acompanhamento posterior do adolescente por um responsável técnico pela execução da medida (Brasil, 1990).
Prestação de serviço à comunidade	Busca fazer com que o adolescente responda por seu ato, a partir da realização de um trabalho de prestação de serviço que se dá em sua comunidade. Visa ao resgate dos valores sociais, e o trabalho se inicia com a figura do técnico que acompanhará o adolescente no período de escolha do espaço institucional, desenho da modalidade de trabalho a ser realizado e definição das atividades a serem executadas durante a medida. É importante mencionar que o máximo de tempo de PSC é 6 meses. Assim, a construção do posto de trabalho colabora com o processo de responsabilização frente ao ato cometido (Brasil, 1990).

Liberdade assistida	Visa ao acompanhamento da vida social do adolescente por um técnico durante o cumprimento da medida. Esse acompanhamento busca garantir a proteção do adolescente, sua inserção na comunidade, na escola e na formação para o trabalho, os vínculos familiares e principalmente sua responsabilização frente ao ato infracional cometido (Brasil, 1990).
Semiliberdade	É restritiva em relação à liberdade de ir e vir, no entanto, os adolescentes mantêm diversos vínculos externos cotidianamente, como a escola, trabalho e, com frequência, os finais de semana no convívio com os familiares.
Internação	Estabelece uma ação de privação da liberdade, A medida de internação priva, de maneira bem mais incisiva, o adolescente do convívio externo, pois as possibilidades de saída, restritas, serão construídas ao longo do cumprimento da medida em meio fechado. Ambas as medidas, restritiva e privativa de liberdade, possuem uma proposta de trabalho socioeducativo com base na garantia de direitos, mas também buscam a responsabilização do adolescente frente ao ato cometido como uma das condições para sua extinção em um prazo de até três anos, que é o tempo máximo de sua execução (Brasil, 1990).

**Fonte:** Brasil (1990) adaptado de Moreira et al (2017).

Para Moreira et al. (2017), embora seja uma política pública voltada à proteção de crianças e adolescentes e, além disso, ferramenta para a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, o ECA propõe medidas socioeducativas, mas não legisla sobre as diretrizes de aplicação dessas medidas. Para tanto, foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE; lei 12.594/2012), que dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo e regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente que apresentam comportamento identificados como ato infracional (BRASIL, 2012).

O SINASE é composto por princípios, regras e ações jurídicas, políticas, financeiras e administrativas, presentes no contexto do trabalho com o adolescente autor de ato infracional, fornecendo diretrizes e eixos estratégicos para a execução das medidas socioeducativas de meio aberto e fechado (MOREIRA et al., 2017). Ainda que seja consenso de que o SINASE e o ECA são dispositivos eficientes para a resolução dos problemas relacionados ao caráter desviante do adolescente em conflito com a lei, eles devem ser aplicados e, os seus resultados tornados públicos, para que avanços e obstáculos sejam identificados e, portanto, contribuindo para formulação de novas estratégias cada vez mais eficientes.

Nessa perspectiva, é imperativo reconhecer o ECA como estratégico para gestão, uma vez que funciona como um dispositivo operacionalizador tanto para o acolhimento e

redirecionamento comportamental, feita por meio das medidas protetivas, voltadas para crianças e adolescentes que, muitas vezes, são tomados como vítimas pelas instâncias judiciárias, tanto para as medidas socioeducativas, destinadas a adolescentes que cometem atos infracionais e são vistos como agressores, passíveis de ações punitiva e corretiva. Tais procedimentos, em prática, produzem dicotomias entre aqueles que recebem medidas protetivas e aqueles que recebem medidas socioeducativas.

Partindo dessa perspectiva, pode-se afirmar que o ECA é um dispositivo eficiente para as crianças e adolescentes que precisam de proteção devido a maus-tratos, abuso sexual, violência e/ou vivenciam situações de violação de seus direitos. Para eles, foram criados abrigos residenciais e casas de acolhimento que se assemelham a uma lógica de uma casa familiar (FALEIROS, 2009). Entretanto, para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, há uma disparidade quanto à estrutura física e arquitetônica estabelecida nos locais de internação, se aproximando, de certa maneira, das características de abrigos e casas de detenção utilizadas no período em que vigorou no Brasil o Código de Menores de 1979. Neste sentido, pode ser entendido como espaços que se assemelham ao modelo prisional do adulto, uma vez que a situação de violação de direitos é evidente com superlotação, alto índice de reiteração, medicalização exagerada, entre outras questões (PIZZATO, 2016).

#### 2.4 Vulnerabilidades dos adolescentes no sistema de internação e a ideação suicida

A medida socioeducativa de internação é a medida aplicada a atos infracionais mais gravosos, cometidos por adolescentes. Como o nome evidencia, ela estabelece a privação da liberdade e priva, de maneira bem mais incisiva, o adolescente do convívio externo, pois as possibilidades de saída, restritas, serão construídas ao longo do cumprimento da medida em meio fechado (MOREIRA et al., 2017). De acordo com o ECA e o SINASE, na medida socioeducativa de internação será ofertado ao adolescente um trabalho socioeducativo, com base na garantia de seus direitos, de modo a ajudá-lo a ressignificar as suas ações e se preparar para ser reinserido em sociedade após o tempo estabelecido na medida que deve ser de, no máximo, três anos (BRASIL, 1990).

Dentro da proposta da legislação que normatiza a proteção da criança e do adolescente, a medida de internação é válida para a orientação do adolescente em conflito com a lei, porém as estruturas físicas que possibilitam a aplicabilidade da lei, entre elas as instituições de internação, são apontadas como inadequadas e ineficazes à recuperação do adolescente (PIZZATO, 2015). Somado a isso, a organização dos adolescentes dentro dos espaços físicos

das instituições pode gerar sentimentos diversos, o que fica evidente nos relatórios feitos por conselheiros tutelares que acompanham adolescentes em situação de vulnerabilidade e em conflito com a lei (GARBIN et al., 2017). Nesse sentido, os adolescentes apresentam variação de humor e se tornam vulneráveis emocionalmente.

Para Garbin *et al.* (2017) há um sentimento de impotência dos conselheiros tutelares que precisam atender adolescentes em situação de vulnerabilidade, uma vez que, além dos diversos aspectos psíquicos que afligem esses adolescentes, como abandono da família, sensação de desamparo e ansiedade, a interação com outros adolescentes gera conflitos que, por vezes, levam a atos violentos dentro do espaço de internação.

Nesse cenário, em que adolescentes de faixa etária e experiências sociais distintas são colocados em convivência, há uma exposição de diversos sentimentos partilhado por eles, entre os quais o abandono da família e o sentimento de pertencimento a algum lugar fora do centro são motivos de oscilação das emoções que, por vezes, os leva à ideação suicida. Tal realidade é uma preocupação constante entre gestores de políticas públicas voltadas para esse público uma vez que as estatísticas são cada vez mais alarmantes.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Teoria cognitiva comportamental discute a ideia de que o comportamento do indivíduo pode ser explicado a partir das vivências que este teve em ambiente específicos que o modularam (BECK, 2022). A partir desse pressuposto, essa pesquisa foi direcionada por meio de observação e escuta dos envolvidos, para, a partir disso, discutir as variáveis que podem ter sido importantes nas escolhas do adolescente que entrou em conflito com a lei. Para tanto, métodos já estabelecidos na literatura científica foram usados para a coleta de dados e posterior análise.

Classifica-se como método a escolha dos procedimentos sistemáticos que são utilizados para realizar observações, coletar dados e interpretá-los com base nas informações já publicadas na literatura e/ou verificadas de forma empírica. Para Prodanov e Freitas (2015, p. 57), “a pesquisa científica visa responder a questões de caráter científico, por isso ela deve ser objetiva, sistemática, metódica e crítica”. Neste sentido, para essa pesquisa, utilizou-se pesquisa participante que se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

Na percepção de Thiollent (1985), a pesquisa participante classifica-se como uma técnica que permite ao pesquisador integrar-se à população estudada, obtendo dela informações importantes sobre o problema estudado, o que permitirá a proposição de soluções com mais eficiência. Nela haverá a detecção dos principais problemas relativos ao objeto da pesquisa e, posteriormente, a proposição de uma ação para resolvê-los.

Em virtude dos objetivos pretendidos, essa pesquisa assumirá caráter exploratório, uma vez que, segundo Gil (2002, p. 41) é adequada por “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Nessa perspectiva, a literatura publicada dentro da temática traz melhor percepção sobre as necessidades de produção e esclarecimentos sobre pontos ainda pouco conhecidos para o pesquisador.

Essa pesquisa partiu do pressuposto de que há uma justificativa, explicada à luz da teoria cognitiva comportamental, para o cometimento de atos infracionais por jovens e que, após cumprimento de medidas socioeducativas, há reiteração desses atos. Além disso, a ideia suicida é analisada como uma consequência ao cumprimento das medidas socioeducativas que, por vezes, é integralizada pelo adolescente sem apoio da família e/ou pessoas a quem este tenha vínculos afetivos.

Nesse sentido, foi levado em consideração os critérios atuais de sanção aplicado ao

adolescente em conflito com a lei no Brasil. Para tanto, bases de informações foram usadas no intuito de desenvolver o ponto argumentativo. Nessa perspectiva, foram consideradas as seguintes variáveis:

a) Análise fenomenológica interpretativa (IPA), que propõe desenvolver um exame detalhado da experiência vivida dos participantes analisados no Centro Socioeducativo Lindeia, localizado no bairro Lindeia em Belo Horizonte - MG. Foco analítico da hermenêutica empática e questionadora (SMITH, 2020). A IPA possibilitou o direcionamento do campo de pesquisa, gerando questionamentos do porquê e o quê motiva um jovem cometer crimes e, para além disso, a reiterar nesse ato.

b) Participantes – a amostra da pesquisa foi definida com adolescentes, entre 12 e 15 anos de idade, que cumpriram medidas socioeducativas naquela unidade de internação, no período entre 2019 e 2022, conforme sistematização da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais; com apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG).

c) Seguimento jurídico atual – quanto à legislação, foi considerado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante a proteção integral da criança e do adolescente, direciona políticas de proteção e suporte a esse público e sistematiza medidas cabíveis a atos infracionais cometidos por eles (BRASIL, 1990); além disso, foi utilizado a Teoria do Código Penal vigente como suporte ao entendimento do ordenamento atual sobre a temática exposta.

d) Dinâmicas educativas – foram escolhidas algumas dinâmicas que, de acordo com estudos em psicologia, auxiliam na percepção dos sentimentos e emoções dos jovens em conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas e que, em decorrência da internação, desenvolvem ideação suicida. Para essa pesquisa, foram utilizados teatro, Baralho das Emoções entre outros.

### 3.1 Aspectos metodológicos

Desde 2014, um projeto de extensão, realizado em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) e o Centro Socioeducativo do Bairro Lindeia, Belo Horizonte/MG, faz acompanhamento de adolescente que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado. Entretanto, os dados utilizados para essa pesquisa foram coletados no período entre 2019- 2022, autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos (CEP-UFMG), inscrito sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE 32630914.7.0000.5149.

A TCC defende que as escolhas que levam a ações do indivíduo são explicadas por

meio de variáveis que o cercaram ao longo da vida e que podem ser inferidas por meio do comportamento que este apresenta no dia a dia. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do estudo foi baseado na vivência no Centro Socioeducativo Lindeia, com adolescentes com idade entre 12 e 15 anos, em um estudo coletivo dos adolescentes em conflito com a lei. Nessa dinâmica, foram realizados vários encontros com esses adolescentes, objetivando compreender a dinâmica de vida dentro do centro, além de atender à demanda específica sobre os casos de ideação suicida na unidade.

Para além da execução vinculada ao projeto de extensão, que visava atender os adolescentes que apresentavam vulnerabilidade emocional expressada em comportamentos suicidas, foi feita uma pesquisa sistemática do comportamento cognitivo atrelado ao meio social destes jovens em relação aos atos infracionais que os levaram à internação socioeducativa. Além disso, esses dados serviram de suporte para a aplicação da TCC e, com isso, buscar possíveis respostas para a abordagem sobre a medida socioeducativa eficiente como percussora da não reiteração desse adolescente aos atos infracionais.

### 3.2 Centro Socioeducativo Lindeia – Belo Horizonte/MG

O Centro Socioeducativo Lindeia em Belo Horizonte apresenta semelhanças com uma escola regular quando observado os seus muros e pátios usados pelos adolescentes que cumprem medidas de internação. Com quadra poliesportiva e arquibancadas bem estruturada, o ambiente possibilita interação entre os adolescentes e boa impressão para quem chega para uma visita. Normalmente as refeições são feitas nesse espaço de interação. São ofertados café da manhã, almoço, café da tarde e jantar. Toda alimentação é trazida por um carro terceirizado. Entretanto, na portaria do centro há a presença de guardas armados que fazem o monitoramento 24 horas, câmeras e portões de grade de segurança, o que remete a uma unidade que zela pela segurança pública.

No alojamento, o aspecto físico é semelhante a um presídio adulto. À época do projeto, as celas eram individuais devido ao número reduzido de adolescentes, com uma dimensão 3x3, com um espaço para realizar as necessidades fisiológicas em um vaso feito de cimento e sem descarga. Corredores com pouca iluminação, cimento grosso, sem acabamento.

Em consonância com a legislação vigente que protege os direitos fundamentais dos adolescentes como pessoa em desenvolvimento físico, cognitivo e psicológico, no Centro há salas de aula para que os internos continuem o seu processo formativo enquanto estiverem cumprindo as medidas e uma biblioteca que pode ser utilizada pelos internos conforme cronograma apresentado pelo Diretor do centro. Além disso, há também um pequeno

ambulatório para atender emergências de saúde que surgirem no período de internação.

Além do esporte como uma atividade que pode ser associada à formação dos adolescentes enquanto estiverem cumprindo as ações socioeducativa, há um professor de música no quadro de servidores do Centro, o que possibilita a realização de atividades de interação com os adolescentes, com a finalidade de ajudar nesse processo aceitação de reclusão no centro socioeducativo.

### 3.3 Rotina de Encontros no Centro Socioeducativo Lindeia – Belo Horizonte/MG

A TCC utiliza o comportamento do indivíduo como um dado importante para a suas inferências. Com isso, a observação desse indivíduo em seu dia a dia configura-se como ponto inicial de qualquer levantamento para fins de pesquisa (BECKER, 2008). Nessa perspectiva, o acompanhamento nas atividades diárias dos adolescentes foi um ponto forte para as inferências feitas ao final da pesquisa. Com visitas semanalmente, durante os anos de 2019 - 2022, e atividades virtuais no ano de 2021, a equipe da pesquisa era formada por profissionais de diversas áreas, além de um comissário de justiça cedido pelo TJ-MG.

Para ter acesso à unidade, os protocolos de segurança eram aplicados em toda equipe, o que incluía uma revista pessoal e checagem dos objetos levados dentro de bolsas. Sob orientação da equipe de segurança, todos os objetos perfurocortantes deveriam ser deixados antes de entrar na unidade, além da bolsa e demais objetos. Tal medida era uma prevenção, visto que poderia virar arma para os adolescentes.

Dentro da unidade, o primeiro momento teve como objetivo estabelecer contato com os adolescentes e iniciar um vínculo de confiança e bem-estar entre a equipe de pesquisadores e os internos. À época, havia 16 (dezesesseis) adolescentes alocados no centro, e a grande preocupação do poder público que zela pelo espaço era o alto índice de suicídio ou tentativa de suicídio. A presença de profissionais que podem dar suporte às políticas públicas já implementadas dentro dessas unidades é importante, sobretudo quando esses profissionais têm a pretensão de encontrar solução para um problema instalado de saúde pública, como é o caso da ideação suicida.

Como forma de interação, foi criada uma roda de apresentação, em que cada jovem falaria seu nome, idade e sonhos. Em certos momentos foi possível notar que qualquer ação ou palavra em tom diferente já era motivo para iniciar um atrito. Tal situação é comum, visto que esses jovens vêm de uma cultura de intolerância. Para esses momentos, o papel da equipe multidisciplinar foi essencial, uma vez que era uma oportunidade se integrar um pouco na vida deles e observar o meio no qual eles estavam de fato inseridos.

Para que a roda de conversa acontecesse a contento, foi estabelecido regras e explicado como ela ocorreria. Após isso, foi perguntado se todos eles estavam dispostos a participar. A resposta foi positiva. Durante a dinâmica, foi solicitado as datas de aniversário e ficou combinado que seria comemorado com bolo, refrigerante e presente. Além disso, ficou acordado que os encontros iriam ocorrer às segunda-feira, semanalmente, como atividades diversas em que eles poderiam participar ou não, conforme a disponibilidade de cada um.

Toda a dinâmica era monitorada para garantir segurança dos envolvidos, inclusive havia lista de presença monitoradas pelos agentes como forma de organizar as dinâmicas e estabelecer ordem enquanto as atividades aconteciam. Tais atividades foram cruciais para o estabelecimento de vínculos de confiança e interação entre a equipe de pesquisadores e os adolescentes, tornando o trabalho mais interessante e produtivo. Entre as atividades desenvolvidas nesses momentos, algumas foram escolhidas para serem discutidas nesse trabalho, que são: a teatralização da história “O Mágico de Oz”, a dinâmica com “O Baralho das Emoções” e a “Dinâmica das Profissões”.

Para cada uma das atividades, o objetivo girou em torno de reflexões sobre os comportamentos aceitáveis pela sociedade e saudáveis para o indivíduo, além de discutir a ideia de projeto de vida como uma necessidade do ser humano desde as fases iniciais de sua vida até o momento em que ele estiver satisfeito e feliz com as escolhas de trabalho e vida pessoal. Com isso, a equipe pôde ouvir os adolescentes e, por meio de suas falas, entender os porquês de estes entrarem em conflito com a lei e, como consequência disso, tornarem-se emocionalmente vulneráveis a ponto de atentarem contra a própria vida.

### 3.3.1 Teatro Mágico de Oz

O teatro é uma das artes mais emblemáticas para a reflexão dos sentimentos e emoções que o ser humano possui. Nele é encenado vidas diversas e lições são tiradas em cada espetáculo. A partir dele, é possível refletir sobre as fragilidades humanas que se materializam de formas distinta em cada pessoa, sugerindo àqueles que o presenciam que a vida é complexa para todos, mas que é cheia de possibilidades. É nessa perspectiva que a encenação de o Mágico de OZ (BAUM, 2014) foi escolhida como atividade de reflexão para os adolescentes do Centro Socioeducativo Lindeia. O objetivo foi promover e fomentar reflexões sobre condutas favoráveis a um bom relacionamento interpessoal.

Para iniciar o teatro, foi feito um resumo do conto, como segue:

Escrito por L. Frank Baum, em 1900, o livro conta a história da garotinha Dorothy, uma pobre menina que morava em uma casinha simples no Kansas

com seus tios e seu único amigo, o cachorrinho Totó. Até que certo dia um furacão misterioso transporta Dorothy e Totó, com a casa em que viviam, para o reino de Oz. Sem saber para onde ir, Dorothy é aconselhada a seguir para a Cidade das Esmeraldas e falar com o Poderoso Mágico de Oz, pois só assim ela poderia voltar para casa.

Durante o caminho a garotinha vai conhecendo os moradores peculiares daquela terra e faz amizade com três figuras que serão de extrema importância para a presente análise. O primeiro deles é o Espantalho, um boneco de palha que é encontrado por Dorothy pendurado em uma estaca para afastar os corvos. Após ser libertado pela jovem, se dispõe a acompanhar a garota em sua jornada, porém não apenas porque criou uma afeição por ela, mas porque quer encontrar Oz e pedir que o mago lhe dê um cérebro, já que sua cabeça era composta basicamente de palha, e seu sonho era poder pensar por si mesmo e ser inteligente.

Logo depois, Dorothy, Totó e o Espantalho encontram o Homem de lata, que estava enferrujado no meio da floresta após trabalhar por anos a fio, literalmente. Com a ajuda do trio, o Homem de Lata é finalmente desenferrujado. Ele conta aos novos amigos que já fora um homem de carne e osso, porém foi amaldiçoado por uma bruxa a pedido da mãe de sua amada para que ele não se casasse com sua filha, e, por isso, após ter conhecimento da aventura em que Dorothy e o Espantalho estavam embarcando, resolve se unir ao grupo para rogar a Oz um coração de verdade capaz de amar novamente.

Por fim, o grupo, agora composto de quatro amigos, depara com aquele que viria a ser o quinto e último membro: o Leão Covarde. Como o próprio nome já denuncia, ele não era o que se esperava do “Rei da Selva” e decidiu que iria com o grupo até a Cidade das Esmeraldas para conversar com Oz e pedir para que o mágico o tornasse mais corajoso.

Ao final da aventura, é revelado, próximo ao final do livro, que Oz não era a entidade mística e poderosa da qual as pessoas tanto falavam. Ele era, na verdade, um ventríloquo que foi parar naquela terra durante um voo de balão que deu errado, subindo tão alto que se perdeu até chegar naquela terra estranha. Entretanto, sua vinda dos céus foi o suficiente para que as pessoas da região imaginassem que ele era uma figura divina, o Grande Mágico. Aproveitando a situação, sem qualquer pingão de consciência, pediu para que os cidadãos construíssem para ele uma cidade e um enorme palácio, e, por se situar numa região onde o verde era predominante, decidiu chamá-la de Cidade das Esmeraldas.

Para tornar o nome mais adequado, o novo líder obrigou todos os moradores a usarem óculos com lentes verdes constantemente, fazendo-os crer que viviam, de fato, em uma cidade feita de esmeraldas, enquanto, para os visitantes, usava a desculpa de que o brilho da cidade era forte demais e cegaria qualquer um que não os usassem.

Tal passagem é um resumo do que foi apresentado para os jovens acerca da obra. O objetivo central da história e da escolha dela como cenário de reflexão foi: “Acredite em si mesmo, suas qualidades estão dentro de você”. Essa ideia faz um paralelo muito interessante sobre autoestima, uma vez que muitos desses adolescentes apresentam sentimento de inferioridade.

Após esse resumo, a encenação pela equipe de pesquisadores foi feita, sendo apreciada com bastante atenção pelos adolescentes. Para cada ato, alguns adolescentes eram chamados

para interpretar a cena e refletir sobre os acontecimentos, gerando uma atmosfera de integração. A cada cena, após a reflexão feita pelos adolescentes, temas sobre autoestima e autocuidado como ferramentas para o fortalecimento das emoções eram abordados como forma de discutir temáticas que possibilitassem acesso às emoções do grupo estudado. Esse encontro aconteceu no mesmo local que eles faziam as aulas, com o intuito de tornar mais familiar.

A pesquisadora fazia a Dorothy, e cada fala e encenação eles ficavam envolvidos e entretidos para os próximos desenrolar da história do mágico de Oz. Esse momento foi muito cativante, pois era possível ver a naturalidade do adolescente em cada rosto, mas que foi reinventado por um ato infracional e sanção social, tornando-o um adolescente em conflito com a lei e, portanto, “marginalizados” aos olhos da sociedade.

Ao final da atividade, foi aberto uma roda de conversa para que fossem debatidas as percepções relacionadas ao teatro sobre o mágico de Oz. Este foi o momento de troca de experiências e de observações sobre o tópico levado para debate. Nesse debate foi abordado algumas técnicas de comunicação, sobretudo a não violenta, para que os adolescentes pudessem ter a percepção mais apurada da necessidade do ouvir e do falar.

### 3.3.2 O Baralho das Emoções

A sociedade, de modo geral, alimenta o tabu acerca da maneira pela qual o indivíduo sente e expressa as suas emoções. Isso gera problemas nas relações interpessoais, o que afeta a relação interpessoal, gerando uma série de outros sentimentos que poderiam ser evitados se houvesse uma normalização quanto à expressão dos sentimentos. Dentro dessa perspectiva, a dinâmica do Baralho das emoções foi escolhida para ser aplicadas com o grupo de adolescentes.

O Baralho das Emoções é composto por várias cartas que expressam os sentimentos naturais do ser humano. O foco dessa dinâmica é justamente compreender os pontos sensíveis do jogador, trazer o debate para a roda de conversa e introduzir de forma leve a comunicação no atendimento. Normalmente ele é utilizado para que o paciente se sinta mais à vontade ao falar dos seus anseios e dos seus sentimentos, sejam eles os mais diversos.

Como ferramenta educativa, ele estimula a psicoeducação sobre saúde mental, resiliência e autoconhecimento, trabalhando de forma sensível e cuidadosa as emoções do indivíduo. Para a pesquisa em questão, essa atividade foi importante já que, entre as percepções da equipe pesquisadora, os adolescentes envolvidos na pesquisa, que é uma amostra de jovens em conflito com a lei, não sabem expressar o que sentem, e, por vezes, o

fazem de maneira equivocada e agressiva. Para alguns, não há expressão alguma de emoções, o que causa a retração das emoções.

Dentro da dinâmica do jogo, a expressão das emoções naturais do ser humano é um ponto central. Chorar, sorrir, conversar, sentir raiva, sentir medo, ficar inseguro, sentir alegria, entre outras emoções, é normal a qualquer indivíduo em seu dia a dia. Nessa perspectiva, a inteligência emocional é trabalhada como ponto de partida para a organização das emoções e o controle e entendimento delas. Com o baralho é possível trabalhar esses aspectos em jovens.

**Figura 1:** Baralho das emoções usado como atividade para a interação no grupo de adolescentes.



**Fonte:** [sinopsyseditora.com.br](http://sinopsyseditora.com.br).

Na aplicação da dinâmica e as reflexões feitas a partir dela, é possível compreender, por exemplo, que ter raiva faz parte do dia a dia, e que é possível lidar com esse sentimento em diversas situações de forma coerente. É possível desenvolver técnicas através das quais o jovem pode sentir todas as emoções que a sociedade reflete, visto que o jogo traz esses exemplos do cotidiano. Os adolescentes apresentaram grande envolvimento com a atividade, porém o tempo era curto e não foi possível fazer novas explorações com a atividade.

Nessa perspectiva, considerando a sensibilidade com que o jogo trabalha as emoções, foi escolhido como atividade norteadora de reflexões sobre vulnerabilidade e sentimentos que todo o ser humano possui e pode expressar. Tal escolha foi feita como uma tentativa de trabalhar as emoções desses adolescentes que, em cumprimento as medidas socioeducativas, são tomados por sentimento de abandono, o que os leva, em muitos casos, à ideação suicida.

### 3.3.3 Dinâmica do Baralho das Emoções

O Baralho, além da dinâmica do grupo que movimentou e gerou uma atmosfera

positiva, trouxe também uma forma de interação entre os membros, favorecendo o estabelecimento de vínculos de confiança do grupo para com a equipe de pesquisadores. O tempo de duração, conforme é indicado no produto pela editora (Figura 1), é de 30 minutos. Acredita-se que esse é o período suficiente para que o foco da atividade seja preservado. O jovem consegue interagir na atividade e consegue, ao mesmo tempo, tirar uma lição do que foi aplicado com a dinâmica.

Procedimentos:

Enumerar todas as cartas do baralho no flip chart (um tipo de quadro);

Solicitar que sejam atribuídas emoções a cada carta do baralho (de AZ a K);

Embaralhar as cartas e distribuir de 7 a 11 cartas para cada participante (dependerá do tamanho do grupo).

Regras do jogo:

Um voluntário deve escolher uma emoção e separar a (s) carta(s) correspondentes (s), atentando-se para que o restante do grupo não descubra a carta escolhida;

Dirigir-se à frente da sala e expressar a emoção sem verbalizá-la;

Os outros participantes separam a(s) carta(s) relativa(s) à emoção apresentada (sem mostrar a figura ou comentar em voz alta);

Ao sinal do facilitador, todos viram as cartas;

Quem acertou, tira as cartas em questão do jogo;

Quem errou, recebe duas novas cartas por carta que tinha separado;

O participante que terminar as cartas pode optar por sair do jogo ou solicitar mais cartas ao facilitador.

O foco dessa atividade no centro com os adolescentes foi justamente trazer o debate sobre a manifestação dos sentimentos e das emoções. É importante considerar que esses adolescentes são pessoas que cometeram algum ato infracional e por isso estão afastadas da sociedade. Nesse sentido, é natural que o entendimento da situação como um todo fique prejudicada dentro da ótica da psicologia, uma vez que o fator idade favorece para essa confusão, além do fato da situação em si ser conflituosa dentro do íntimo de cada ser.

#### 3.3.4 Dinâmica das Profissões

Essa atividade foi sugerida tomando como base dois pontos importantes: em primeiro momento, para entender o ambiente em que os adolescentes cresceram e quais foram as referências que tiveram até o momento em que cometeram atos que estava em desacordo com a lei, levando-os àquela situação atual; além disso, as falas e reflexões dos adolescentes

serviram de suporte às inferências feitas sobre as crenças centrais e a modulação feita pelo ambiente em que o indivíduo é criado.

Como segundo ponto de observação, essa dinâmica foi utilizada como uma ferramenta de estímulo e orientação a esses adolescentes que, em muitos casos, não têm uma referência adequada em seu ambiente de convivência familiar para as escolhas de seu futuro. Com isso, a equipe de pesquisadores pôde orientar sobre profissões possíveis a eles a partir das reflexões feitas nas rodas de conversas e nas expressões de habilidades que cada um identificava em si.

A aplicação dessa atividade trouxe esclarecimentos curiosos para os dados da pesquisa. Entre as reflexões feitas pelos adolescentes, ficou claro a necessidade que eles têm de mostrar-se útil, importante para alguém e indispensável para um grande grupo. Esses dados podem servir de suporte às inferências na conclusão da pesquisa.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa científica tem o compromisso social de elucidar questões que são caras à saúde, qualidade de vida e bem-estar de uma parcela específica da população que está envolvida diretamente na proposta da pesquisa. Para tanto, deve se preocupar em analisar os dados obtidos à luz de teorias aceitas e confirmadas, mas, sobretudo, buscando a compreensão da percepção dos envolvidos e o que, de fato, é relevante para eles.

Nesse contexto, a sistematização das análises dos dados foi feita considerando a percepção da equipe de profissionais envolvidos no projeto, mas, sobretudo, a percepção dos adolescentes que estão sob os cuidados do Estado, cumprindo medidas socioeducativas. Nas seções seguintes, tais dados e inferências a partir deles serão expostos e discutidos.

### 4.1 Percepção analítica dos encontros com os adolescentes

Os adolescentes em conflito com a lei e sob a tutela do Estado em casas de acolhimento são acometidos por uma diversidade de sentimento e emoções que começa com a pressão de estar em um sistema de privação de liberdade e sob o julgamento social, fatores impactantes para a construção da percepção que eles têm sobre a vida. Além disso, a permanência no ambiente de acolhimento pode significar afastamento familiar, seja por insuficiência de recursos para os deslocamentos para as visitas, seja pela ausência de empatia e afeto dessas famílias com o menor, o que pode agravar o sentimento de inseguranças e solidão.

Essa percepção foi construída durante o desenvolvimento da pesquisa em campo, realizada no centro Lindeia, por meio das conversas estabelecidas, observações realizadas e análise comportamental dos adolescentes. Nas oportunidades de encontro, foi possível notar que muitos jovens desenvolvem um sentimento de desamparo, tanto pela sociedade, por meio da sanção social, quanto pela família, que raramente os visita, além, também, pelo próprio ambiente do centro, que se configura como um ambiente de atmosfera hostil, onde as ameaças entre apenados são constantes.

Pressionado por uma realidade que, embora tenha a pretensão de acolher, o segrega da vida em que era acostumado, o adolescente convive em um espaço pouco receptivo e afetivo, em que as cobranças e os olhares o descrevem como “desajustados” e em correção. Essa visão é o suficiente para o colocar em uma situação de embate emocional entre o que ele enfrenta na vida familiar desorganizada e essa nova realidade com o Estado, podendo gerar sentimento de rejeição e solidão (DISTRITO FEDERAL, 2019). É nessa direção que Lima et al. (2016)

defendem esse indivíduo, considerando a fase em que ele se encontra, de impulsos gerados pelo fato de estar em processo de desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social, e enfrentando a pressão e a cobrança de um meio social que alimenta expectativas sobre o sucesso que o indivíduo tem de alcançar.

Em uma pesquisa nos centros educativos voltados para o público feminino, Amaral (2017) verificou que há uma disparidade entre o modelo prático, adotado nas casas de acolhimento, e o modelo formal, definido em leis e normas que regulamentam essas casas, o que, por inferência, pode ser entendido que influencia diretamente nas taxas de recuperação de adolescentes em conflito com a lei, uma vez que os resultados advém das práticas e essas, por sua vez, estão em desacordo com o modelo imposto pelas normas formais.

Nessa perspectiva, Sidman (1995) defende que as punições físicas, incluindo a privação da liberdade em casas de acolhimento, podem comprometer significativamente o desenvolvimento do indivíduo na medida em que gera emoções negativas, como raiva, ansiedade e medo, tornando ainda mais difícil o estabelecimento de vínculos saudáveis, e essas emoções tendem a ser repetidas em outras relações e outros ambientes (PACHECO & HUTZ, 2009). As relações criadas entre os adolescentes do centro Lindeia são permeadas por atritos e desentendimentos, que geralmente acontecem de um grupo para com outro, estes estruturados a partir das afinidades e vínculos afetivos criados entre eles.

É nesse contexto opressor e inseguro que muitos jovens veem no suicídio uma possibilidade de livramento da condição na qual estão inseridos. Essa realidade, inclusive, foi a razão pela qual essa pesquisa foi iniciada no referido centro de acolhimento, resultado de uma parceria entre juízes da Vara Infração da Infância e Juventude – TJ-MG com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que, preocupados com as estatísticas de casos de autoextermínio dentro da unidade, buscaram meios de evitar novos casos de suicídio dentro da unidade.

#### 4.1.2 A Dinâmica das Profissões e a percepção do adolescente sobre o futuro

A percepção dos jovens sobre o futuro é uma chave importante para as escolhas que eles fazem no dia a dia. Tal percepção é construída conforme o ambiente em que vivem, podendo, desse modo, ser estruturada com a ajuda da escola e da família. É nesse cenário que a perspectiva de profissões para o futuro deve ser estimulada, gerando expectativas nesses adolescentes e mostrando-lhes as possibilidades para um futuro saudável e feliz.

Para adolescentes em conflito com a lei, vivendo em centro de acolhimento do Estado, uma dinâmica de escolha da profissão pode dar suporte ao entendimento sobre a percepção

desses jovens sobre a vida em que estão inseridos, ajudando, portanto, a direcioná-los a projetos que auxiliem no processo de recuperação e reinserção na sociedade. Foi com esse objetivo que o projeto utilizou a dinâmica das profissões no centro socioeducativo Lindeia.

Entre as respostas dadas sobre a profissão desejada, os adolescentes apresentaram uma diversidade de profissões. O adolescente X, por exemplo, disse que quer ser mecânico de máquinas. Quando questionado se escolheu essa profissão por se inspirar em alguém, X responde que se “inspira no tio que é mecânico de máquinas”. Ao verificar as informações pessoais do adolescente, foi constatado que o endereço residencial dele é vizinho a uma filial da Fiat Automóveis. Tal constatação reforça a ideia defendida por Back (2022) sobre a modulação ambiental.

No relato de K, o futebol é um meio em que ele gostaria de se inserir novamente. Segundo ele, jogou futebol no cruzeiro por quase um ano. Pelas falas dele sobre o assunto, ficou entendido que, nesse período, conheceu alguns jogadores famosos e aprendeu a gostar daquele ambiente, sobretudo por acreditar que é um ambiente que oferece possibilidade de crescimento, desenvolvimento pessoal e financeiro.

Na conversa com os adolescentes, fica claro que eles têm a percepção correta sobre a importância de fazer boas escolhas na vida, e que a educação é um meio para conseguir alcançar sucesso e bem-estar social. Tal percepção fica evidente na fala de Y, que relata a importância de fazer curso para mudar de vida. Segundo as suas palavras: “pai vem cá e pá vou te tirar do mundo das drogas. Eu fiz curso na cadeia de confeitiro. Aí o dono da padaria da sua quebrada te dá uma moral”. Nesse relato, observa-se que Y associa o centro socioeducativo a uma cadeia, ou seja, o sistema socioeducativo é considerado como pertencente ao sistema prisional.

Por outro lado, em algumas respostas, foi possível perceber que eles têm a ideia de que o ato ilícito é uma atividade profissional, em especial o tráfico de drogas, evidenciando a dificuldade que têm em se desvincular dos atos infracionais. Tal inferência foi feita a partir da resposta de W, que diz quer ser “armeiro”. Em sua fala, ele dá exemplo de pistola 40, 380, fala sobre marcas etc., relata que, para quem não usa “fardinha”, uma arma sai a sete, oito e até nove mil reais; entretanto, “para os caras de farda é dois mil reais”.

No entanto, mesmo com relatos como o de W, há muitos outros, a maioria dos que participaram da dinâmica, que demonstraram vontade de obter uma profissão, ter uma nova perspectiva de vida, sem que o ato infracional seja uma opção. Um jovem questionou justamente o fato de não ter tantas oportunidades, o que força o adolescente a recorrer ao crime após saírem das casas de acolhimento. Em análise a essa reflexão feita pelo adolescente,

entende-se que o tráfico, em muitos casos, é mais acessível do que um curso técnico.

Dentro dessa ideia, foi indagado ao educador do centro sobre o acesso desses jovens a cursos que os qualifiquem enquanto cumprem o tempo definido no centro. Em resposta, foi explicado que os critérios para acesso a esses cursos limitam a participação dos jovens, seja pela idade e/ou pelo nível de instrução. O centro Lindeia acolhe adolescentes entre 12 e 15 anos, idade em que o indivíduo está cursando a etapa do ensino fundamental da educação básica. A maior parte dos cursos de qualificação exige conclusão do ensino médio para a participação.

A coleta de dados realizada nessa pesquisa permitiu acesso a informações relevantes sobre a hipótese de falha no projeto socioeducativo, que é uma das temáticas desse trabalho. Para as inferências obtidas a partir dos dados, é possível afirmar que não basta isolar o jovem, é preciso que medidas sejam tomadas para trazer uma nova opção de vida, o que inclui a possibilidade de uma formação profissional, algo ainda ausente em alguns centros socioeducativos no Brasil.

Existem alguns projetos sociais que prestam assistência aos centros socioeducativos, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Sistema Divina Providência. Entretanto, como há certos requisitos para matrícula nos cursos oferecidos, muitos jovens não têm essa oportunidade de ressocialização. Desse modo, quando liberados pelo juiz ou quando têm a sua medida concluída, ao voltarem para as ruas, parecem não ver outra opção de adquirir renda se não for pelo ato infracional. Do mesmo modo que ao chegarem no convívio social, como não têm outra experiência, o ato infracional vira o único gerador de proatividade na vida desses jovens. Assim, provavelmente serão fortes candidatos à reiteração.

#### 4.1.3 Teatro Mágico e a família como pilar na vida do adolescente

A família é o primeiro ambiente que o indivíduo conhece e cria laços desde os primeiros dias de nascimento. Nela, os vínculos afetivos e de confiança se reforçam à medida que esse indivíduo cresce e se desenvolve, enquanto se prepara para se inserir em outros círculos de convivência, seja na própria família, na comunidade ou na escola. Fazendo um paralelo ao que foi exposto sobre a dinâmica em grupo através da história O Mágico de OZ, a importância e a influência que a família tem sobre a vida do jovem é indiscutível. A autoestima discutida no conto é um ponto chave para avaliar o comportamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Estes, com histórias e realidades distintas entre si, apresentam autoestima prejudicada.

Durante as conversas e análises posteriores do material coletado, foi possível perceber a fragilidade na autoconfiança desse público, sobretudo naqueles em que a família não faz visitas. Nessa perspectiva, foi verificado que os adolescentes que recebiam visitas regulares do pai e da mãe apresentavam maior interação com o grupo, permitindo a inferência de que terão melhor desempenho no processo de ressocialização dentro do corpo social. Em outros casos, quando os pais são ausentes, o filho demonstrou maior fragilidade dentro das dinâmicas, o que evidenciou uma possível relação com a ideação suicida, o que pode ser consequência de problemas de autoconfiança.

Um dos adolescentes que não conhecia a história teatralizada verbalizou preocupação com os tios de Dorothy, pois ficaram separados e sem casa para morar, uma vez que a casa foi levada pelo furacão que levou a menina para a terra de Oz. Essa manifestação permite inferir que o afastamento do adolescente de sua família e a falta de notícia desses familiares gera sentimento de angústia, o que pode desencadear outras emoções negativas e levar à ideação suicida.

É inegável que a família é o alicerce sustentador nos momentos mais difíceis da vida do indivíduo, sobretudo quando este é adolescente e tem traços de carência afetiva. O seio familiar é ainda o ponto importante nos tratamentos e na recuperação desse jovem, sobretudo por ser a primeira referência de ética e de moral, além de ser o amparo nos momentos mais delicados.

#### 4.1.4 Dinâmica do Baralho das Emoções

As emoções são reflexos naturais do nosso corpo e, por vezes, são refletidas em nosso comportamento cotidiano, seja por meio de expressões que mostram tristeza, medo raiva ou por atitudes que denotam alteração e agressividade. Nessa perspectiva, a influência do ambiente é significativa em nossas emoções e a percepção do outro é importante na relação paciente-terapeuta, uma vez que o conjunto de emoções apresentadas pelo indivíduo pode revelar informações importantes sobre as vivências e as memórias dele, favorecendo o entendimento dos problemas enfrentados na vida adulta.

Para adolescentes em conflito com lei e recolhidos em centro de acolhimento, as emoções estão associadas à revolta desses com o sistema que o mantém sob proteção e a insegurança e desamparo que são consequência da ausência de familiares enquanto cumprem as medidas socioeducacionais. Essa realidade foi vista durante os encontros com adolescentes no Centro Lindeia, durante as atividades envolvendo o Baralho das Emoções.

Com os encontros e atividades lúdicas desenvolvidas ao longo dos encontros, nas

rodas de conversa, os adolescentes tinham um espaço de escuta, no qual conseguiam falar sobre suas angústias, ressignificando suas histórias e externando as emoções. Dessa forma, conseguiam aliviar e compreender melhor seu próprio sofrimento psíquico. Durante todo o processo de atendimento, realizado nas rodas de conversa, foi feita uma avaliação de cada movimento e resposta dos adolescentes, o que favoreceu o entendimento sobre comportamentos dentro do centro de acolhimento que, certamente, é repetido nos meios de convivência fora do centro.

A proposta das rodas de conversa era, simbolicamente, pegar na mão daqueles adolescentes para psicoeducá-los em novos repertórios comportamentais, ajudando-os a desenvolver estratégias de como lidar com as emoções. Dessa forma, buscou-se orientá-los a controlar a raiva e o medo de modo a não se tornarem reféns desses sentimentos. Dentro do parâmetro de avaliação e, sobretudo, dentro da atividade do Baralho das Emoções, foi possível notar que esses jovens têm dificuldade em compreender os seus sentimentos, sobretudo a raiva e o medo. Esses fatores favorecem um entendimento para o comportamento desse público em suas relações pessoais e sociais.

Ao iniciar a dinâmica, os adolescentes participantes apresentaram uma narrativa de ódio, vingança com os pares e familiares. Ao passar do tempo na dinâmica, foi percebido uma mudança nos discursos; as falas mais recorrentes passaram a ser sobre o desejo de sair daquela vida, justamente porque o ciclo violento tem difícil cessamento e, provavelmente, sem uma segunda opção de atividade, eles iriam ser reincidentes. Durante todo o tempo de aplicação do projeto e coleta de dados no centro, era perceptível a competição dos adolescentes para serem vistos, denotando uma busca por atenção.

Parte dessa situação pode ser explicada quando discutido o fator autoestima desses adolescentes em conflito com a lei, entendida enquanto observação psicológica. Tal comportamento é uma tendência e pode ser uma das justificativas pelas quais esse público se envolve em atos infracionais. Na avaliação psicológica feita por meio das histórias contadas, muitos adolescentes relataram sofrer com problemas psicológicos, principalmente dentro do núcleo familiar: a maioria vem de famílias de pais separados, usuários de drogas, mães narcisistas, pai que agride a mulher entre outros. Por se tratar de uma construção familiar apresentada a esse indivíduo desde muito cedo, ele traz história de pouca valorização e de ausência de incentivo doméstico, o que gera traços de problemas de autoconfiança.

Nessa perspectiva, a experiência no centro traz a convicção de que a aprovação é uma parte importante a se considerar (MASLOW, 2012), reflexo da disfunção do ambiente familiar desajustado e violento, favorecendo um desenvolvimento deficitário e precário em

que os jovens se sentem inferiores e incapazes, o que os fazem buscar aprovação dos seus pares, que, em muitos casos, são adolescentes infratores (BERGAMINI, 2003). Essa necessidade de aprovação por meio dos elogios recebidos pelo grupo foi verificada em vários momentos enquanto as dinâmicas eram aplicadas.

Pensando na lógica do que seria uma possível justificativa para essa realidade dos jovens, convém pensar na influência do ambiente, aspectos biopsicossociais, genética e a predisposição como fatores relacionados. Além disso, há uma junção de fatores biopsicossociais, imaturidade emocional e o processo de maturação cerebral ainda em andamento (PAPALIA, 2006). Considerando a psicologia do desenvolvimento do indivíduo, entende-se que os jovens não têm discernimento para compreender a sua real situação dentro do espaço social, o que reforça a ideia da influência do meio social no jovem ao fazer certas escolhas em suas vidas. Ao conversar com esse grupo de jovens foi possível perceber que muitos sofrem influência de grupo de amigos; a busca por aceitação faz com que eles se submetam a determinadas situações, entre elas práticas ilícitas.

Desde as primeiras visitas, o objetivo da pesquisa era entender a relação que há entre a reclusão desses adolescentes e o desenvolvimento da ideação suicida. Entretanto, à medida que os encontros foram acontecendo, outros fatores foram sendo revelados por meio das respostas às dinâmicas aplicadas com os adolescentes, favorecendo melhor entendimento sobre as hipóteses lançadas no projeto. Quanto ao atendimento para evitar novos casos de autoextermínio, considera-se que o suporte proporcionado foi importante dentro da unidade, sobretudo pelo sentimento de acolhimento desenvolvidos pelos adolescentes com relação à equipe de pesquisadores. Acredita-se que, com a progressão dos atendimentos, há maiores chances de reverter o caso clínico - apoio emocional que esse público necessita para enfrentar os seus fantasmas internos. O apoio psicológico, com ações e intervenções personalizadas e individualizadas, orientação parental e apoio socioeconômico seriam algumas alternativas viáveis para que os problemas relacionados aos jovens infratores sejam amenizados dentro do corpo social.

#### 4.2 Percepção Analítica dos adolescentes em relação ao ato infracional e a reiteração no ato sob a perspectiva da TCC

Estudo realizado pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no ano de 2011, revela que: “os adolescentes em conflito com a lei somam menos de 4% dos jovens brasileiros [...], o indicador evidencia a impropriedade de se estabelecer uma relação direta entre pobreza e criminalidade”, mas sinaliza para o fato de que

esta condição leva a outras vulnerabilidades, que incluem a ultrapassagem da linha que leva à inserção de garotos e garotas no Sistema de Justiça Juvenil.

Informações colhidas em diferentes setores e esferas de poder indicam que nem todos os que vivem em condições socioeconômicas adversas são impelidos a cometer infrações, mas a maioria dos que as cometeram estão vinculados a baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) (UNICEF, 2011). Pensando nessa lógica, De Vargas Rosado e Zanatta (2017) em consonância com Gomide (2004) ressaltam que há uma relação estreita entre a carência e o ato infracional cometido por adolescentes, uma vez que a pobreza impede acesso a informação e, com isso, os níveis de instrução tendem a ser menores nesse público, o que prejudica fortemente a capacidade de construir relações afetivas com os outros, que podem, então, serem prejudicados sem remorsos.

Desse modo, ao se analisar o perfil de um jovem que cometeu ato infracional e esteve cumprindo medida socioeducativa em regime fechado é possível analisar a sua carência socioeconômica, sobretudo quando comparando os atos infracionais mais comuns para os jovens da periferia com os atos de contravenção cometidos por adolescentes com condições socioeconômicas melhores, por exemplo, sendo o roubo o de maior incidência para os entes carentes.

Nesse sentido, o modelo da psicologia do desenvolvimento busca criar uma possível explicação para o comportamento do ser humano em detrimento de sua ação dentro do contexto social. Para tanto, organiza o desenvolvimento psicológico do ser humano em fases, das quais a infância e adolescência, incluídas no estágio aquisitivo, é o estágio em que o indivíduo adquire informações e habilidades, principalmente por seu próprio valor ou como preparação para a participação na sociedade (SCHAIE; WILLIS, 2000). Essa fase inicial pode ser entendida como a construção da personalidade do indivíduo.

É nesta fase que o jovem absorve informações do meio em que está inserido, organizando e sistematizando as crenças, valores e comportamentos como inerente à sua personalidade; isso envolve o seu núcleo familiar - base fundamental na vida do ser humano, além do envolvimento social na comunidade em que está inserido e amigos mais próximos. É nessa perspectiva que profissionais direcionam as suas análises à família e ao ambiente em que o adolescente está inserido quando uma avaliação psicológica é sugerida.

Seguindo essa lógica, a teoria do desvio, que defende o ato como algo individual e analisando de acordo com valores culturais, diz que o comportamento dos adolescentes deve ser analisado partindo da análise do meio em que ele está inserido, justificando que o conceito certo ou errado é diferente em ciclos sociais diferentes. Nessa perspectiva, a psicologia

cognitiva comportamental se preocupa em entender as particularidades de cada indivíduo quanto às suas escolhas e atitudes, entendendo que as crenças construídas ao longo da vida, no meio em que o cerca, podem definir comportamentos em todas as fases de desenvolvimento do ser humano.

Dentro desse pressuposto e baseado no que foi alimentado durante o corpo textual pelas experiências no centro do Lindeia, é possível pensar nessa teoria aplicada a vida desses adolescentes, tendo em vista que os dados coletados fazem um panorama de comportamentos que sugerem problema de aceitação e autoestima negativa entre os adolescentes atendidos. Por isso, considera-se válido trabalhar o escopo mental, com as devidas particularidades de cada adolescente retido em centros de recuperação social, conforme orientação da legislação.

Para Becker (2008), a sociedade em si é a criadora daquilo que considera desvio de conduta, uma vez que a própria sociedade se transforma. Nessa percepção, não há como analisar as ações de adolescentes em conflito com a lei desconsiderando o papel da sociedade em seu comportamento. Tal entendimento pode ser mais bem explicitado quando avaliado o perfil dos jovens em conflito com a lei no Brasil, uma vez que esse perfil dará informações das possíveis causas que os colocam sob os cuidados do Estado.

De acordo com as estatísticas, a idade de adolescentes em conflito com a lei no estado de Minas Gerais varia entre 15 e 17 anos, com uma média de 16,7 anos e, em sua maioria, negros e com baixa escolaridade (BRASIL, 2019), sendo este último, fator essencial à inclusão em cursos profissionalizantes, visto que muitas escolas parceiras do sistema socioeducativo exigem o ensino médio completo para oferta de tais cursos (Tabela 2). Com isso, cria-se uma lacuna que precisa ser superada dentro desses centros, para que a funcionalidade do sistema socioeducativo seja eficiente, evitando, portando, reiteração desses adolescentes. Este fato é preocupante, visto que a escolaridade é considerada um importante fator de proteção contra o envolvimento de adolescentes em situação de risco (MARTINS; PILLON, 2008). Por meio da educação o jovem tem uma oportunidade de inclusão social e de qualificação.

**Tabela 2** – Escolaridade média dos adolescentes em centros de acolhimento em Minas Gerais.

<b>Escolaridade</b>	<b>%</b>
3ª série do Ensino Fundamental	0.61
4ª série do Ensino Fundamental	1.52
5ª série do Ensino Fundamental	4.57
6ª série do Ensino Fundamental	14.33

7ª série do Ensino Fundamental	14.33
8ª série do Ensino Fundamental	16.16
9ª série do Ensino Fundamental	11.28
1º ano do Ensino Médio	20.43
2º ano do Ensino Médio	2.74
3º ano do Ensino Médio	0.91
EJA Ensino Fundamental	11.59
EJA Ensino Médio	0.61
Não respondeu	0.31
Não sabe	0.61

**Fonte:** Vara Infracional/SUASE/DOPCAD (2021).

Dentro dessa análise e de acordo com as estatísticas, há uma correlação entre escolaridade e delito, sendo o furto e o roubo escolhidos pelos adolescentes com baixo grau de escolaridade, o que seria explicado por se tratar de um delito em que o indivíduo não precisa de muitos artefatos para cometer o delito, basta um objeto de ameaça para que a vítima seja abordada (MARTINS; PILLON, 2008); além disso, a desigualdade econômica é fator-chave para essa realidade, comprovada pelos altos índices de violência em países em que há grandes desigualdades socioeconômicas em seus parâmetros (FEIJÓ; ASSIS, 2004; ELIAS, 2021).

Uma análise sobre o nível sociopsicológico que tende a justificar o ato infracional se refere à perda do vínculo social do adolescente com sua família, escola, igreja e demais instituições responsáveis pelo controle social, autoestima e influência dos grupos juvenis no comportamento do adolescente em conflito com a lei. Nesse nível de análise, a família tem mais poder, pois é a instituição capaz de exercer o maior controle (estabelecendo regras, horários, penalidades e recompensas) sobre a criança. É neste sentido que se dá a sua importância como fator de risco ou de proteção para uma infração.

Ao avaliar o perfil psicológico dos adolescentes inseridos no centro socioeducativo do Lindeia, a carência socioafetiva entre os jovens gerada pela ausência da família era evidente. Esse rompimento afeta diretamente na autoestima desses jovens que procuram, em outros meios, supri-la, buscando meios para serem notados. É nesse cenário que o acesso às drogas é consumado, seja para consumo ou para obtenção de renda, o que se inicia, em muitos casos ainda na infância. Nessa perspectiva, o envolvimento com drogas pode motivar a prática do ato infracional para custear a própria dependência e/ou para contribuir na renda familiar (BRANDÃO NETO *et al.*, 2010). Esses argumentos foram muito utilizados pelos

adolescentes do Lindeia.

Essa situação é tão naturalizada para os jovens que, em diversos momentos da dinâmica sobre profissões, alguns adolescentes falavam do conteúdo ilegal de forma irônica, como se essa fosse a única opção de trabalho - o tráfico. Destro e Souza (2012) justificam o uso de drogas pelos jovens como forma de ser reconhecido no corpo social, pois eles não têm ocupação ou trabalho, além disso o estudo é ausente e o apoio familiar é escasso. Desta forma, o uso de substâncias ilícitas precede o envolvimento com atos infracionais e está diretamente relacionado com a prática destes (MARTINS; PILLON, 2008).

Essa naturalização pode ser pensada por meio do determinismo, visto que esses jovens, ao crescerem dentro dessa realidade social, acabam naturalizado o tráfico e o consumo, acreditando que esse é o caminho que eles devem seguir. Ou que algo fora dessa realidade não faz parte do seu meio social. Isso justifica as risadas e ironia quando algum dos jovens falavam que queriam seguir profissões legalizadas.

Quanto à situação conjugal dos pais, destacou-se a separação destes e o papel da mãe como responsável e provedora (BRANDÃO NETO *et al.*, 2010; PRIULI & MORAES, 2007; DORIA *et al.*, 2015; SOUZA, SILVA-ABRÃO & ALMEIDA, 2011), constituindo-se como ponto importante uma vez que a família é de extrema importância, pois grandes conflitos têm impacto significativo na história das práticas delituosas e da institucionalização, bem como o fato de que, durante o período de implementação da medida socioeducativa, a família deve atuar como um interlocutor solidário, sistema de apoio emocional para superar a experiência de internação socioeducativa (BRANDÃO NETO *et al.*, 2010).

Analisando os dados acima e o perfil dos adolescentes em conflito com a lei, é possível perceber a similaridade entre os perfis de jovens que são apreendidos e que fazem parte do cenário dos centros socioeducativos no estado de Minas Gerais. Trazendo para a ótica do centro Lindeia, a idade dos adolescentes varia de 12 a 15 anos e o grau de instrução é ensino fundamental incompleto uma vez que ainda estão na idade escolar adequada a esta etapa da educação básica brasileira.

#### 4.2.1 Reiteração do Adolescente Autor de Ato Infracional

Em análise aos dados coletados durante a pesquisa e ao perfil dos adolescentes que estiveram cumprindo medida socioeducativas no centro socioeducativo Lindeia, verificou-se que a maioria é reincidente em ato infracional. Para a Juíza da Vara Infracional de Belo Horizonte Valéria da Silva Rodrigues, é preciso acreditar e investir nas medidas socioeducativas como meio para diminuir o índice de reiteração de atos infracionais, medidas

essas já validadas em Belo Horizonte, que apresenta índice de reiteração de 35%, configurando-se como uma cidade de referência nos cuidados com o adolescente em conflito com a lei (OAB, 2017).

Os resultados obtidos em Minas Gerais podem ser base de inferência para afirmar que a educação é uma ferramenta viável como recurso para reinserção do adolescente na sociedade, impedindo-o de reiterar em atos infracionais, uma vez que a qualificação o permitirá acesso ao mercado de trabalho e, com isso, mudanças de comportamentos. Tais inferências partem da análise dos dados que mostram que mais de 90% dos adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação em Minas Gerais estão matriculados na escola (MINAS GERAIS, 2018). Apesar de Belo Horizonte ter um projeto que vise o cuidado educacional dos adolescentes, ainda é preciso analisar os fatores associados aos atos infracionais, direcionando políticas públicas voltadas para corrigi-los, visando diminuir o número de jovens reincidentes.

Além do perfil educacional e o acesso à qualificação dos adolescentes em internação no Centro Socioeducativo Lindeia, o perfil socioeconômico e a organização na estrutura familiar são fatores que podem explicar a reiteração desses adolescentes. A maioria deles, em conversa com a equipe de pesquisa, relatou a ausência dos familiares em períodos de visita, mostrando-se insatisfeitos e emocionalmente abalados com essa realidade. Tal realidade pode ser explicada considerando o fato de serem famílias formadas, muitas vezes, por mãe e filhos, em que a mãe é provedora única e, portanto, ocupa-se em trabalhos que a impedem de ser mais presente na vida do filho em cumprimento de medidas socioeducativas.

É nessa mesma ideia que os atos infracionais e as reiterações podem ser explicados, já que, com busca na melhoria de vida ou de proporcionar melhores condições para a mãe (segundo fala dos adolescentes), até como forma de gratidão, muitos desses adolescentes encontram no crime uma opção de ganhar dinheiro fácil, tendo em vista que não é exigido escolaridade para desempenhar as funções. Nessa perspectiva, o ato infracional é uma escolha atrativa e viciante, haja vista o retorno financeiro de imediato.

Seguindo essa linha de pensamento, há fatores que podem ser avaliados para traçar o perfil dos adolescentes em conflito com a lei, entre eles há: a) Fatores individuais (baixo desempenho educacional, hiperatividade-impulsividade, comportamento infantil agressivo); b) Fatores familiares (supervisão parental frágil, disciplina muito rígida, abuso infantil, negligência dos pais, relação pouco afetiva, pais criminosos, famílias desestruturadas); c) Fatores socioeconômicos (renda familiar baixa, famílias muito grandes etc.); d) Fatores relacionados aos pares (amigos delinquentes, rejeição dos amigos, baixa popularidade); e)

Fatores escolares e de vizinhança (atitudes delinquentes na escola, alta incidência de delinquência na vizinhança etc.).

Nessa perspectiva, o fator social estará sempre atrelado às condições e escolhas pessoais, uma vez que o indivíduo é produto do meio (ROUSSEAU, 2017). Nesse sentido, toda ação que o adolescente adotar, por exemplo, relaciona-se ao meio social no qual está inserido. Por esse motivo, o papel da família como provedora responsável pelo adolescente é essencial, atuando como orientadora para as suas decisões particulares.

#### 4.2.2 Observações no Centro Socioeducativo Lindeia

Dentro da lógica psicológica, em consideração ao período no Centro Socioeducativo Lindeia, foi possível analisar alguns pontos, associados à personalidade e ao comportamento, que afetam a mente desses adolescentes, entre eles: autoestima negativa, comportamento agressivo, manhas, birras; déficit de atenção, baixa tolerância a frustrações, sentimento de culpa e de inadequação, agressividade verbal. Essas características são comuns em perfil de adolescentes que podem estar ou entrar em conflito com a lei e, também, aqueles que desenvolvem ideação suicida (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Levando em consideração os propósitos do projeto de extensão vinculado à pesquisa, é possível fazer uma análise a respeito do que motivava o suicídio dentro do centro de internação. Como primeira abordagem, considera-se o sentimento de culpa e a baixa tolerância à frustração como fatores emocionais que podem ter grande envolvimento na tomada de decisão sobre o autoextermínio nas unidades. E, nesse contexto, os dados obtidos por meio da dinâmica do Baralho das Emoções possibilitou identificar dificuldade dos adolescentes jovens em expor de forma clara e precisa seus sentimentos.

Além disso, associado às dificuldades já enfrentadas por esses adolescentes quanto aos vínculos afetivos, culturalmente, mostrar sentimentos, expressar o que sente não é bem-visto para o perfil masculino. Foi possível presenciar várias “piadas” na unidade a respeito dessa demonstração de sentimento. De modo geral, é socialmente aceito que o homem que demonstra o que sente ou expressa as suas frustrações seja motivo de chacota entre os amigos. No entanto, não expressar sentimentos traz consequências negativas, gerando angústia e criando um sentimento de desamparo.

A prevalência de altas taxas de transtorno mental entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em comparação com não infratores tem sido destacada em diversos estudos internacionais. Entretanto, permanece ainda não esclarecida a extensão de tais aspectos psicológicos como preditivos da reintegração juvenil. De acordo com Capdevilla

(2017), Araya (2016), Grunwald et al. (2010), e Cottle et al. (2001), alguns fatores de risco para reintegração juvenil foram identificados com alto nível de concordância, envolvendo dimensões individuais, psicológicas e relacionadas à saúde, dimensões sociofamiliares, educacionais, trabalhistas e caminhos desviantes (SAPORI, CAETANO & SANTOS, 2020).

Dentro da perspectiva do comportamento cognitivo atrelado ao meio social, foi possível sinalizar como relevantes no contexto da pesquisa com os adolescentes do Centro Socioeducativo Lindeia: as condições socioeconômicas, o imediatismo, associação entre ato infracional enquanto atividade profissional, busca por aceitação familiar e social, falta de perspectiva quanto à formação escolar e profissional.

#### 4.2.3 Interação com os adolescentes e a minha percepção

Dentro da perspectiva do projeto implementado pela UFMG em parceria com o TJMG, as atividades da equipe de pesquisadores deveriam seguir a ideia de construção de um relacionamento amistoso com os adolescentes. Nesse sentido, sempre que possível, buscava-se a interação com e entre eles como estratégia para entender um pouco sobre o processo pelo qual eles estavam passando e de que maneira enxergavam esse processo. Dentro da lógica da psicologia, esses adolescentes vivem um conflito interno, portanto a dinâmica do Baralho das Emoções foi usada justamente para compreender e mostrar para eles que é normal sentir raiva, medo, tristeza, alegria e até mesmo não saber decifrar o que se sente.

No primeiro contato com os adolescentes, um misto de sentimentos foi verificado, entre eles a angústia, a vergonha por estarem em um sistema de privação de liberdade e o desamparo, causado pela ausência dos familiares. Tais sentimentos geraram desconfiança e afastamento dos adolescentes para com a equipe, exigindo estratégias para uma aproximação saudável. Para isso, uma das estratégias usada foi a comemoração de aniversário, feita de imediato para um dos adolescentes (Figura 1) e com a autorização prévia do Diretor do centro. Essa ação não só aproximou, mas, também, criou laço de confiança entre eles e a equipe, algo essencial para as análises posteriores necessárias à aplicação da pesquisa. Segundo relato de alguns internos, eles nunca haviam tido festa de aniversário na vida.

**Figura 2** – Comemoração de aniversário no Centro Socioeducativo Lindeia- Belo Horizonte/MG



**Fonte:** arquivo da autora.

Dentro da lógica de realizar as festas de aniversário há uma explicação de cunho psicológico. Muitos desses adolescentes têm carência afetiva, fato que favorece até mesmo a conduta desviante. Seguindo essa linha, é possível analisar que a maioria dos adolescentes vêm de família carente financeiramente e afetivamente, o que contribui para a manutenção de carências emocionais que só aumentam com o passar dos anos. A festa de aniversário, por sua vez, criou um ambiente descontraído e cheio de alegria, o que favoreceu a criação de laços de afeto e confiança.

Nessa mesma perspectiva, com o objetivo de trabalhar o lado emocional e criativo desses adolescentes, foi aplicada uma oficina de desenhos livres (Figura 3). Na proposta explicada para eles, foi esclarecido que cada um poderia desenhar o que viesse à mente e o que tivesse vontade. Os desenhos escolhidos para figurarem nessa escrita não são identificados com nomes dos autores como forma de proteger as suas identidades.

**Figura 3** - Adolescente criando desenho - Centro Socioeducativo Lindeia- Belo Horizonte



**Fonte:** arquivo da autora.

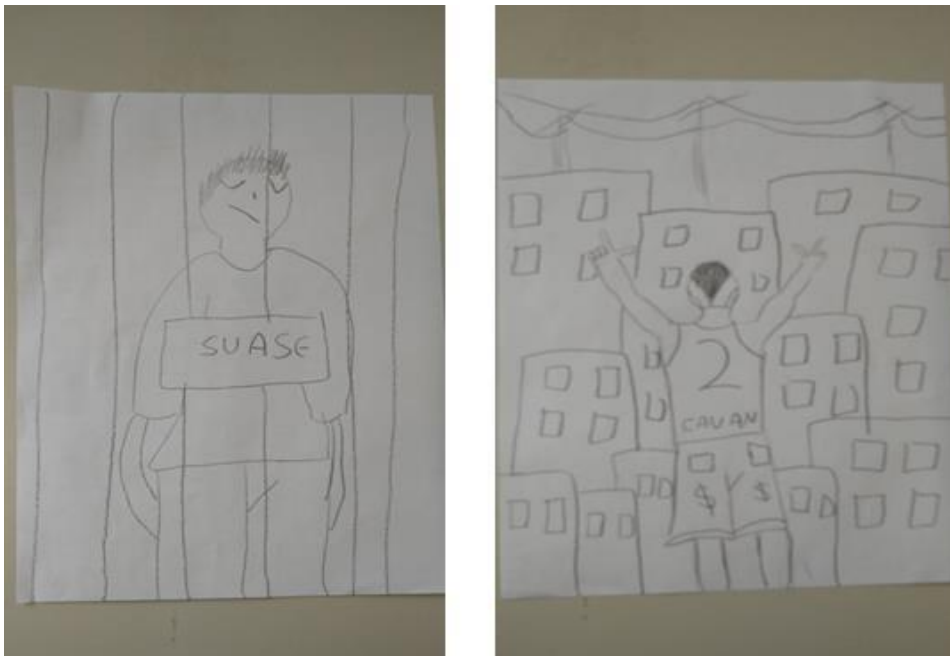
Nessa mesma perspectiva, com o objetivo de trabalhar o lado emocional e criativo desses adolescentes, foi aplicada uma oficina de desenhos livres (Figura 3). Na proposta explicada para eles, foi esclarecido que cada um poderia desenhar o que viesse à mente e o que tivesse vontade. Os desenhos escolhidos para figurarem nessa escrita não são identificados com nomes dos autores como forma de proteger as suas identidades.

Dentro da minha percepção como psicóloga, cada jovem desenhou aquilo que estava afligindo a sua mente, ou seja, foi transcrito para o desenho sentimentos que estavam presentes no momento em que a oficina foi ofertada. Na imagem disposta na parte inferior da figura (Figura 3), o adolescente desenhou uma mulher com lágrimas na face. Segundo ele, ela representa a sua mãe em um determinado momento, momento esse da convivência dos dois que ficou marcada em sua memória, que pode ter sido quando foi definido a sua reclusão no centro do Lindeia. O choro representa a tristeza ao vê-lo longe de casa e em um centro de reclusão para adolescentes em conflito com a lei. Dentro dessa ótica, fica a perspectiva

psicológica de que todos os desenhos feitos neste dia são reflexo de memórias marcantes e que tiveram importância na vida desses adolescentes.

Na parte superior da figura (Figura 3), a imagem à direita é o registro do adolescente desenhando uma algema, representando, segundo ele, a sua realidade, tendo em vista que ele associa o seu atual cenário com a privação de liberdade e isso o remete à figura da algema, que é um apetrecho usado pelas forças militares para conduzir pessoas à delegacia ou para trocar de unidades no sistema prisional. Provavelmente ele já foi uma pessoa que usou algema para ser conduzido e essa cena marcou a sua mente.

**Figura 4** – Desenhos criados pelos adolescentes - Centro Socioeducativo Lindeia- Belo Horizonte.



**Fonte:** arquivo da autora.

Na figura 3, em que há a representação de dois momentos, registrados em desenho por adolescentes diferentes, fica evidente duas situações: na imagem à esquerda, o autor o fez na situação em que se encontrava: apreendido, atrás das grades, como costumam dizer. É importante observar a expressão do boneco em questão. O semblante triste, o que demonstra que esse jovem tem a percepção de sentimentos e o valoriza, ideia essa muito trabalhada na dinâmica do Baralho das Emoções. Na imagem à direita, por outro lado, o autor fez uma autorrepresentação dentro do seu espaço de convivência social, a comunidade na qual ele nasceu, criando uma realidade em que gostaria de estar, com a representação de uma blusa de time, pois o referido jovem tem o sonho de ser jogador de futebol. É relevante frisar que a oficina de desenho foi ofertada como dinâmica livre, em que o adolescente tinha a autorização

para desenhar o que quisessem, mas este optou em fazer algo que o representava.

Ao observar essas dinâmicas e a convivência com os adolescentes, foi possível perceber as lacunas que precisam ser preenchidas dentro desses centros para que a ressocialização funcione na prática. Muitos destes adolescentes têm o interesse em seguir carreiras, terminar os estudos e ter uma atividade profissionalizante, mas devido a falta de incentivo familiar, em muitos casos, e do Poder Público, tal desejo fica perdido, criando um círculo vicioso na vida desses indivíduos em que a prática da infração é a única opção para manter-se inserido em um grupo.

Nesse sentido, é necessário um olhar mais crítico e humanizado para a realidade em que esses adolescentes são expostos, sobretudo dentro dos centros socioeducativos, já que a proposta desses espaços é justamente recuperar esses adolescentes e reinseri-los no convívio social, preparados para seguir as normas aceitas socialmente e com qualidade de vida adequada à manutenção de sua dignidade como pessoa. Para tanto, políticas públicas mais efetivas devem ser aplicadas nos centros de acolhimento socioeducacionais para que cumpram de fato a sua função social para com esses adolescentes.

#### 4.3 Percepção analítica dos adolescentes em relação a ideação suicida no ambiente de internação sob a perspectiva da TCC

A psicologia cognitiva comportamental (TCC) tem como objetivo compreender a cognição humana por meio da observação do comportamento das pessoas enquanto executam várias tarefas cognitivas. Essa modalidade tem a função de fazer uma análise sistemática no indivíduo, buscando respostas racionais para as ações do indivíduo. Nessa perspectiva, a psicologia cognitiva envolve a tentativa de compreender a cognição humana por meio do uso de evidências comportamentais (BECK, 2022).

Pensando no entendimento das ações, a teoria da psicologia cognitiva entende que a percepção é o processo ou resultado de se tornar consciente de objetos, relacionamentos e eventos por meio dos sentidos, o que inclui atividades como reconhecer, observar e discriminar. Seguindo essa ideia, psicólogos e filósofos de diversas escolas defendem a tese de que as vivências do sujeito no mundo criam paulatinamente modelos mentais e, de acordo como elas, organizam seu mundo. Dessa forma, à medida que o indivíduo adquire novas informações, sua percepção se altera e amadurece, criando, portanto, novos paradigmas.

Nesse sentido, o comportamento tem ligação com a forma em que o indivíduo entende o mundo dentro das suas perspectivas. Pessoas que cometem crimes sob o efeito de drogas,

que podem ter, portanto, sua percepção alterada, têm uma percepção distorcida do objeto ou da situação que vivenciam. Tal entendimento reforça a oposição quanto à autorização da redução da maioria penal, uma vez que, sob o olhar da psicologia perceptiva, o adolescente, dentro da sua ótica e referencial de mundo, não tem capacidade cognitiva para escolhas conscientes e/ou enfrentamento de sanções aplicadas ao indivíduo adulto.

Criando um paralelo com essa linha de pensamento, o número crescente de suicídio de adolescentes nos centros socioeducativos pode estar associado à ideia de sofrimento causado pela punição da privação da liberdade e do convívio com as pessoas a quem se tem vínculos afetivos. Tal fato pode ser vinculado com a percepção do problema enfrentado, uma vez que, ao serem deslocados do convívio social, não conseguem expressar ou compreender os seus sentimentos. Nessa fase da medida disciplinar, os jovens enfrentam várias emoções, mesmo que de forma inconsciente. A falta de discernimento dessas ideias tende a ocasionar episódios semelhantes aos dos jovens que faleceram dentro do centro socioeducativo.

Para análise desse fenômeno, é relevante sistematizar o entendimento do ato suicida, entendendo que o suicídio é um ato complexo e multifatorial que envolve variáveis diversas, das quais fatores individuais, sociais e culturais são determinantes. Para Rigo (2013), o entendimento do ato suicida é possível ao levar em consideração três fatores: os precipitantes, normalmente atuais e externos ao sujeito; os internos, relacionados à sua história de vida e aos transtornos mentais preexistentes; e o contexto sociocultural do ato, onde o ato é empenhado.

Nessa perspectiva, o Protocolo de prevenção e atenção ao suicídio de adolescentes do sistema socioeducativo, organizado pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, sistematiza as informações sobre o comportamento do jovem com ideação suicida, esclarecendo que o comportamento suicida engloba um conjunto de ideias, desejos, planos ou atitudes, que podem ter ou não um resultado de morte (DISTRITO FEDERAL, 2019). Nesse contexto, as ações do autocídio podem ser classificadas em três categorias: ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado (SCHLÖSSER; ROSA; MORE, 2014).

Para Carvalho (2012), a ideação suicida é caracterizada por pensamentos, verbalizações e atitudes que evidenciam a intenção em se submeter a procedimentos que podem ceifar a vida, sem que haja necessariamente a concretização do ato; a tentativa de suicídio, por sua vez, é descrita como a ação de atos agressivos, que podem resultar em lesões físicas e psíquicas, e, por fim, o suicídio, que é caracterizado como ato em que é utilizado métodos letais (CARVALHO, 2012). Nessa perspectiva, as ações de controle ao suicídio de adolescentes devem ser efetivadas assim que forem verificados sinais que indiquem ideação, e é com esse objetivo que a pesquisa no Centro Lindeia foi realizada.

A ligação direta do suicídio com a esfera da saúde, da fisiologia e da psique humana não deve nublar a sua implicação política, social, cultural e econômica. Nessa perspectiva, Foucault (1997), em sua obra *História da loucura*, também dedicou escritos sobre o suicídio, defendendo que a visão e interpretação do ato do suicida mudou ao longo do tempo, o que pode ter prejudicado ou potencializado a sua ocorrência. Para ele, quando esse ato era considerado profanação pelos mais rígidos e punido com a morte, caso a tentativa fracasse, havia certa preocupação em empreendê-la; entretanto, à medida que a ação foi sendo veiculada a problemas mentais, a ideação ou tentativa de suicídio ganhou uma nova perspectiva e, talvez, ganhando força entre aqueles que, por motivos diversos, sentem-se tentados a ceifar a própria vida.

Para Espinosa (2018), em *A servidão humana ou a força dos afetos*, a natureza humana é sistematizada para a vida, para conservar o seu ser, portanto, o suicídio só pode ser causado por afecções exteriores, uma vez que não se pode lutar contra a própria natureza. Nessa visão, o indivíduo, que naturalmente preserva a vida e busca a sua segurança, só se desvia desse comportamento quando motivado por forças externas que o transforma momentaneamente e o direciona a executar ação contrária à sua natureza, tentando, dessa maneira, o suicídio.

Nessa perspectiva, a TCC defende que os comportamentos humanos são definidos por acontecimentos ou entendimentos sobre determinados fatos que alteram a percepção do indivíduo quanto ao seu ser enquanto pessoa que vive em sociedade, podendo se tornar crenças centrais que o acompanharão por toda a vida, influenciando, em dados momentos, as suas escolhas (BECK, 2022). As perturbações causadas pela percepção equivocada de um determinado fato podem impactar sobremaneira o bem-estar do indivíduo, levando-o a cometer atos contrários à sua natureza costumeira. O suicídio ou a ideação suicida pode ser explicado a partir dessa percepção.

No Brasil, a condição de isolamento ofertada pelos centros de acolhimento não é a mais adequada à recuperação do adolescente para reinserção na sociedade, o que dificulta os resultados positivos almejados pelas políticas voltadas para esse fim, além de gerar problemas quanto à percepção dos internos quanto à sua condição, levando-o a ideação suicida. No contexto da ação de extensão no Centro Socioeducativo Lindeia, esse foi um dos motivos que levaram a equipe a aplicar a pesquisa: o número crescente de casos de suicídio na unidade. Embora se trate de um centro de acolhimento e não de um presídio, há falhas na aplicação das medidas, favorecendo a fragilização da saúde mental do adolescente que chega ao centro com histórico psíquico construído e, por vezes, com danos que precisam ser tratados.

Entre as propostas de trabalho do projeto de extensão a que a presente pesquisa se

vincula, dentro do centro de medida socioeducativa, a percepção dos motivos que levam o adolescente a tentar contra a própria vida, além de realizar percepções para evitar uma possível ação de autoextermínio estava entre os objetivos, visto que tal conduta se desvia das diretrizes da SINASE que é justamente recuperar esses jovens, dentro da esfera social e pessoal.

Ao longo do período da pesquisa e em análise aos dados coletados, foi percebido que muitos desses adolescentes apresentam carência emocional e dificuldade de autoconhecimento, de pertencimento, que são fatores relevantes para serem trabalhados como pontos-chave que explicam a opção pelo fim da vida. A sanção social é a mais temida por esses adolescentes e pelos seus pais. Desse modo, o autoextermínio parece se tornar uma opção para uma vida sem perspectiva de futuro, mesmo que o centro de internação busque, por meio de recursos pedagógicos, intervir nessa percepção de futuro

#### 4.4 Contribuições possíveis da TCC para atuação junto a adolescentes em conflito com a lei cumprindo

Em discussão sobre os espaços construídos e a importância dele para as emoções, Pizzato (2015) defende que a arquitetura das casas de acolhimento influencia no comportamento dos internos, uma vez que elas passam mensagens subliminares em seus arranjos. Paredes acinzentadas, com pouca luminosidade em seus corredores e poucas cores nos ambientes coletivos e/ou individuais geram emoções diversas, podendo, portanto, definir comportamentos indesejados. Nessa perspectiva, a TCC entende que tais ambientes têm o potencial de desencadear emoções negativas, favorecendo o agravamento do perfil psicológico do adolescente em conflito com a lei.

No centro de acolhimento Lindeia, em Belo Horizonte/MG, esse arranjo estrutural segue um padrão estabelecido no país há muito tempo, adotado em uma época em que as únicas leis para situações de indivíduos infratores seguiam o Código Penal, que, para a realidade pós Constituição Cidadã e ECA, é inapropriado para crianças e adolescentes, mesmo em conflito com a lei. As casas de acolhimento de Minas Gerais, em especial a casa Lindeia, refletem essa arquitetura descrita por Pizzato (2015), o que pode ser usado como discussão nas inferências de que as estruturas arquitetônicas oferecidas pelo Estado impactam o processo de recuperação do indivíduo para a sociedade.

A descrição do local físico do centro socioeducativo Lindeia em Belo Horizonte: a visão externa lembra um muro de escola, com uma pintura neutra, sem detalhes que possa

remeter a um centro socioeducativo. Já na portaria há presença de guardas que fazem a segurança, há monitoramento 24 horas com suporte presencial e por meio de câmeras. Há portões de grade, com aspecto de segurança. Já dentro da unidade, local em que os jovens ficam na parte do dia, há a presença de uma quadra de esporte, e uma arquibancada para quem não deseja interagir. Tem a presença de cores, o que passa um aspecto tranquilizante para quem adentra pela primeira vez. Em toda parte, há presença de profissionais que realizam a vistoria e segurança aos jovens.

Normalmente, as refeições são feitas nesse espaço de interação. São ofertados café da manhã, almoço, café da tarde e jantar. Toda alimentação é trazida por um carro terceirizado, que organiza o material das marmitas e copo em plástico para que ele não vire arma entre os adolescentes em eventuais episódios de desentendimento.

No alojamento, o aspecto físico é semelhante a um presídio adulto. Corredores com pouca iluminação, cimento grosso, sem acabamento, celas individuais devido à baixa demanda de adolescentes no período em que a pesquisa foi aplicada. A cela tem uma dimensão 3x3, com um espaço para realizar as necessidades fisiológicas. Vaso feito de cimento, sem descarga.

Na estrutura coletiva, há presença de salas de aula e de uma biblioteca em que os adolescentes podem utilizar conforme cronograma apresentado pelo Diretor do centro. Além disso, há também um pequeno ambulatório para atender as emergências de saúde que surgirem no período de internação. Em determinados dias da semana, há aula de música para os internos, ministradas por um professor de música, que realiza atividades de interação com os adolescentes, com a finalidade de ajudar no processo de reclusão no centro socioeducativo.

Com a implementação do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que tem como objetivo o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos e defende a ideia do alinhamento conceitual, estratégico e operacional, estruturado, principalmente, em bases éticas e pedagógicas (BRASIL, 2006), políticas públicas voltadas a esses centros de acolhimentos devem zelar pelo bem-estar dos internos visando, sobretudo, a sua ressocialização.

Apesar de ter uma fundamentação legal, ainda ocorreram casos de jovens que, ao darem entrada no centro socioeducativo, cometeram suicídio. É válido dizer que o CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente - busca ter um controle para evitar que os direitos do adolescente em conflito com a lei sejam violados e que estes cumpram a estada de uma forma humanizada, apostando na

ressocialização (BRASIL, 2012). Projetos aplicados pelas universidades, centros de pesquisas e instituições públicas diversas, como é o caso deste aplicado no Centro Socioeducativo Lindeia pela UFMG e TJMG, são essenciais para o alcance dos objetivos das políticas públicas criadas no país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência é uma fase de transição complexa para o indivíduo. Nela, não há apenas mudanças sociais em que os jovens são pressionados a definir o que será na vida adulta, mas, sobretudo, mudanças hormonais que influenciam profundamente na percepção das relações e dos ambientes em que o indivíduo está inserido, influenciando, desse modo, nas escolas e nos comportamentos adotados por eles. Em suas percepções, são jovens demais para definir o perfil sociais que assumirão na vida adulta, mas velho demais para serem guiados por pais e/ou responsáveis em cada escolha. É nessa conjunção de acontecimentos que os indivíduos fazem escolhas inapropriadas segundo as regras sociais.

Diante de tantas possibilidades de escolhas, o adolescente, dentro de um ambiente conflituoso, se coloca como vítima que não tem outra opção senão revidar ao que o ambiente austero o oferece. Nesse contexto, as escolhas os direcionam a atos que o coloca em conflito com a lei sendo, portanto, submetidos às devidas punições que tem por objetivo a correção do ato infracional cometido e, mais importante que isso, a ressocialização. É nesse contexto de punição que o adolescente, estimulado pela ideação suicida, pode direcionar os seus esforços para a tentativa de ceifar a vida.

Durante a experiência dentro da unidade socioeducativa de internação foi possível identificar lacunas que demandam atenção, destacando a questão da autoestima fragilizada desse grupo, os problemas relacionados ao comportamento agressivo, uma vez que muitos não conseguem lidar com os seus sentimentos, a falta de oportunidade de progressão em uma carreira profissional, por meio de cursos técnicos, e a ruptura do meio social em que vivem, gerando sentimento adversos e passíveis de desencadeamento da ideação suicida. Nesse sentido, o apoio familiar é essencial para a recuperação desses adolescentes.

No período de permanência dentro do Centro Socioeducativo Lindeia foi possível perceber que muitos adolescentes não recebem visitas de seus familiares, configurando-se como um fator-chave para o surgimento de danos psicológicos e/ou agravamento de pré-existentes. Associado a isso, a percepção a respeito da medida socioeducativa é pouco entendida uma vez que se trata de adolescentes que, biologicamente, estão em fase de construção da percepção crítica e, nesses casos em particular, em conflito com a lei o que sugere percepção distorcida sobre as regras da sociedade em que estão inseridos. Nessa perspectiva, seguindo o ideal filosófico de que o homem é produto do meio, o comportamento desse adolescente está nitidamente atrelado ao meio social no qual ele está inserido, tornando-se um desafio recuperá-lo e ressocializá-lo conforme as normas vigentes na sociedade atual.

Seguindo essa ideia, considera-se imperativo que o Estado crie medidas pontuais e gradativas para que esses adolescentes, ao estarem em cumprimento de medidas socioeducativas, tenham maiores possibilidades de reingresso no corpo social, proporcionando-lhes qualificação para posterior inserção no mercado de trabalho; tal conjuntura só será possível por meio de implementação de cursos de qualificação, fortalecimento a formação desses adolescentes para conclusão da educação básica e oferta de atividades (minicursos e oficinas) que os possibilitem desenvolver senso crítico para enfrentar a sua realidade e se preparar para o futuro fora dos centros de acolhimento.

Para tanto, é imprescindível que os projetos de saúde mental sejam reforçados nos centros de acolhimento, com o suporte de psicólogos, para que esses adolescentes consigam trabalhar as suas emoções. Esse atendimento humanizado poderá ser primordial para evitar a reintegração desses jovens nas unidades de internação, uma vez que o envolvimento com ato ilícito deixaria de ser uma realidade na vida desse público.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO/ BID, 2002.
- AMARAL, A.C.P.C. **A gestão das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade para o público adolescente feminino em Minas Gerais. 2017.** Monografia (Graduação em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, 2017.
- ASSIS, SG., and AVANCI, JQ. A visão que os adolescentes têm de si: imagens nos espelhos. In: **Labirinto de espelhos: formação da auto-estima na infância e na adolescência** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. Criança, Mulher e Saúde collection, pp. 49-80. ISBN 978-85-7541-333-3. Available from SciELO Books
- BECK, J.S. **Terapia Cognitivo-comportamental: teoria e prática.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.
- BECKER, H.S. **Outsiders: estudo de sociologia do desvio.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BITTAR, C; SOARES, A. Mídia e comportamento alimentar na adolescência. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v.28, n.1, p.291-308, 2020.
- BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho, 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Viva: Vigilância de violências e acidentes, 2006 e 2007.** Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde; 2009
- CALLIGARIS, C. **A Adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2000.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Justiça e Cidadania. **Sistema Socioeducativo.** Protocolo de prevenção e atenção ao suicídio de adolescentes do sistema socioeducativo: unidades socioeducativas de atendimento inicial, internação e internação provisória do Distrito Federal. Brasília: SEJUS, 2019. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Protocolo-Preven%C3%A7%C3%A3o-ao-Suic%C3%ADdio-copiar-mesclado-p%C3%A1ginas-1-911-1620-27.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.
- FALCONE, E. Psicoterapia cognitiva. In: **RANGÉ**, 2001.
- GARBIN, C.A.S.; BORDIN, D.; FADEL, C.B.; GARBIN, A.J.I.; SALIBA, N. A. A ruptura social infantojuvenil e sua inferência nas representações de conselheiros tutelares. **Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro**, v. 15 n. 1, p. 269-282, 2017.
- KNAPP P, BECK AT. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.30, n.2, p.54-64, 2008.
- LIMA, R.A.S.; JOHNSON, R.C.D.; PARREIRA, J.D.B.A.; MORAIS, M.F.S.; LIMA, M.T.; LIVRO, P.L.M.R.N.; MACEDO, R.M.; XAVIER, R.; VALADARES, E.R.; MELO, E.M.;

- CECCARELLI, P.R. Adolescentes, violência e interações sociais. **Rev Med Minas Gerais**, v. 26 (Supl 8), p.41-45, 2016.
- LIRA, S.V.G.; MOREIRA, D.P.; CARNEIRO, G.M.A.; NORONHA, C.V.; VIEIRA, L.J.E.S. Articulação entre o conselho tutelar e o setor saúde no enfrentamento à violência intrafamiliar. **Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro**, v. 16 n. 2, p. 821-835, 2018.
- MACEDO, D. M.; FOSCHIERA, L. N.; BORDINI, T. C.P.M; HABIGZANG, L.F.; KOLLER, S.H. Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n.2, p. 487-496, 2019.
- MINAYO, M.C.S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. bras. saúde matern. infant., Recife**, v.1, n.2, p. 91-102, 2001.
- MOREIRA, J.O.; GUERRA, A.M.C.; DARWIN, C.R. Violência Juvenil e Medidas Socioeducativas: **Revisão de Literatura. Psicologia: Teoria e Pesquisa** v.33, p. 1-9, 2017.
- OLIVEIRA, M.B.; ROSA, E.M. Juventude, violência e alteridade. **Temas psicol.** v.18, n.1 Ribeirão Preto, 2010.
- PIZZATO, C. **Arquitetura socioeducativa: o espaço ressocializando pessoas, curando a sociedade.** Porto Alegre: Corag/CAU-RS, 2016
- PUREZA, J.R.; RIBEIRO, A.O.; PUREZA, J.R.; LISBOA, C.S.M. Fundamentos e aplicações da Terapia Cognitivo Comportamental com crianças e adolescente. **REVISTA BRASILEIRA DE PSICOTERAPIA** 2014, v.16, n.1, p 85-103, 2016.
- QUEIROZ, D. R.; BARROS, M. V. G.; AGUILAR, J.A.; SOARES, F. C.; TASSITANO, R. PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.
- SCISLESKI, A. C. C.; BRUNO, B. S.; GALEANO, G. B.; SANTOS, S. N.; SILVA, J. L. C. Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva? **Psicologia & Sociedade**, v.27, n.3, p.505-515, 2015.
- SILVA JUNIOR, G.B.; ROLIM, A.C.A.; MOREIRA, G.A.R.; CORREA, C.R.S.; VIEIRA, L.J.E.S. Identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por médicos de família no Ceará. **Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro**, v. 15 n. 2, p. 469-484, 2017.
- SOUZA, V.P.; GUSMÃO, T.L.A.; FRAZÃO, L.R.S.B.; GUEDES, T.G.; MONTEIRO, E.M.L.M. protagonismo de adolescentes no planejamento de ações para a prevenção da violência sexual. **Texto & Contexto Enfermagem**, v.29, 2020.
- STEFANO, L.; CORREA, G. Terapia cognitivo-comportamental e regulação emocional na adolescência. **Disciplinarum Scientia.** Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 25-37, 2018.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

M.; BEZERRA, J.; SILVA, L. M. P. Consumo de álcool e drogas ilícitas e envolvimento de adolescentes em violência física em Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.37, n.4, 2021.

UNICEF. Pobreza na Infância e na Adolescência. **Unicef no Brasil**, 2018.